



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Relações pessoa-rua entre construções discursivas e sentidos (inter)subjetivos: implicações
psicossociais para a (re)definição de políticas públicas**

Giulia Natália Santos Mendonça

Brasília-DF

2022

Relações pessoa-rua entre construções discursivas e sentidos (inter)subjetivos: implicações psicossociais para a (re)definição de políticas públicas

The person-street relation among discursive constructions and (inter)subjective means: psychosocial implications for the (re)definition of public policies

Giulia Natália Santos Mendonça

Dissertação submetida ao Programa de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (PPG-PSTO/UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. PhD. Alexander Hochdorn

Brasília-DF
2022

Banca Examinadora:

PhD. Alexander Hochdorn (Presidente)

Programa de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade de Brasília - UnB

PhD. Marta Helena Freitas (Membro externo)

Universidade Católica de Brasília - UCB

Dr. Fábio Iglesias (Membro interno)

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília - UnB

Dr. Emílio Peres Facas (Membro suplente)

Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília - UnB

Brasília-DF

2022

Agradecimentos

Reverencio todos os meus ancestrais, certa de toda a proteção que me conferem, por terem me guiado com fé e esperança no caminho que escolhi traçar.

Agradeço à todos os participantes dessa pesquisa, pelas confianças e trocas.

Também ao meu orientador Alexander Hochdorn, por ter trilhado ao meu lado todo esse intenso percurso do mestrado, sua contribuição foi importantíssima desde a idealização até a concretização da pesquisa, muito obrigada por partilhar de forma tão generosa e presente o seu saber, mesmo em tempos tão difíceis.

À Universidade de Brasília (UnB), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (PPG-PSTO/UnB) pelos preciosos ensinamentos, a formação e as aprendizagens, à coordenação do programa, especialmente a Prof.Dr^a Juliana Porto e a secretária Juliane Maria. à CAPES pela bolsa de estudos e pela iniciativa de expandir o conhecimento científico em território nacional.

À Revista Traços, sobretudo à Hellen Vaz, pela disponibilidade durante a realização das entrevistas.

Ao Caps Candango e a sua equipe, nesta, à Vanessa Rego, Bete Santana e ao Romeu Maia, que tem a minha imensa admiração e me inspira profissionalmente.

Agradeço à minha mãe Magda Santos e ao meu pai Angelo Mendonça, por todo o amor, apoio incondicional e pela vida de meus irmãos Raul Victor e Nara Luiza.

Saúdo à Aldeia Pai Joaquim das Almas Santas Benditas e toda a firmeza dessa corrente que materializa o amor e espiritualidade, em especial aos nossos guias espirituais, à Ìyá Obadeyi e ao Bàbá Ìdòwú Akínrúlí, à todas as crianças, irmãs e irmãos, em especial à Mariana Saraiva, Julia Fernandes, Gabriela Fernandes, Ludiane Vilela, Aline Miranda, Amanda Kenia, Madalena

Bezerra, Laura Canejo, Maria Eduarda Spencer, Flávia Pierry, Julia Hening, Tarsila Machado, Matheus Ramos, Augusto Cezar, Erik Alves, Valdiney Leite, Lucas Crispim e Raoni Jardim.

À Ester Mendonça, minha avó, por ser uma inspiração e pela atuação com crianças e adolescentes em situação de rua no início da história do DF.

À minha família por tudo que significam, em especial à minha tia Patrícia Mendonça, por todo incentivo e à minha “primã” Ana Morbeck por ser minha parceira desde sempre.

Agradeço à Carolina Saraiva, por todo abrigo, incentivo, escuta e por acreditar em mim durante o processo formativo.

Ao Habacuque Gabriel, para mim “Habinha” ou “Cuque”, por me encorajar todos os dias e noites e me abraçar mais forte que o medo, desde aquela especial sexta-feira, preciso dizer que te amo.

Aos meus companheiros de Residência Multiprofissional em Saúde Mental: o LaB, em especial ao Pedro Bonaldo, Juscelino Moreira, Bárbara Melo, Virgínia Rozendo, Diogo Cunha, Luana Quirino e Victor Régis e amados amigos, por serem um lugar seguro, em especial à Paula Gabriela, Danilo Tolentino, Lais Emanuelle, Álvaro Pimenta, Vânia Santos, Viviani Gama, Moreno Elli e Ubiracy Monteiro.

Em especial, agradeço às amigas Jaqueline Marques e Larissa Leão pela importante contribuição no percurso do Mestrado.

Às minhas colegas de Mestrado, Marcela Pesci, Camila Feitas, Vanessa Oliveira, Ana Clara Di Coimbra e Sula Cavalcante.

Aos meus afilhados Lara Toletino e ao meu afilhado Akin Gama por me escolherem para essa missão de vida e amor.

Agradeço à Gasieth Barbosa pelo acolhimento durante a escrita e pelos dias mais leves.

Dedicatória



(Reprodução: A autora)

À Paulo César Xavier Vieira. Participante desta pesquisa, possuía 28 anos de permanência na rua. (In Memoriam)

Resumo

Buscou-se neste estudo acessar as (inter)relações pessoa-rua a partir dos sentidos expressados pelos próprios sujeitos que vivem e permanecem nesse contexto. A pesquisa está focada nos posicionamentos (con)textuais entre os sujeitos que moram na rua e o seu respectivo campo sociocultural, com ênfase em como essa relação emerge a partir das representações discursivas deste lugar de encontro. Foram entrevistados dez participantes, das e dos quais cinco atualmente em situação de rua sem intenção de sair e outra/os cinco que tiveram experiência de permanência na rua, mas que já não se encontravam mais nesta condição. O recorte do estudo objetivou, a partir de uma perspectiva socioconstrucionista e cultural-histórica, alcançar os processos que veiculam a permanência na rua sem naturalizar e normativizar as modalidades de (co)construção de significados intra-, inter e extra subjetivos, subjacentes a essa realidade. Foram aplicados métodos e ferramentas qualitativas e quali-quantitativas para a compreensão das coordenadas discursivas. Logo, foram adotados programas informáticos para a análise lexicográfica e lexicométrica das produções (con)textuais, respectivamente o *Transana* e o *Iramuteq*. Através da análise do discurso, foram observadas as seguintes categorias: a) Os eventos e elementos que antecederam a condição de viver na rua b) A experiência (inter)subjetiva no contexto de rua e suas coordenadas simbólicas c) A saída ou permanência nesse espaço urbano e sociocultural. Os achados denotam que a rua foi considerada como um espaço físico e simbólico de vida, essencialmente, a partir de três possibilidades: 1) uma situação transitória; 2) um arranjo existencial permeado por diferentes margens de agenciamento; 3) uma reivindicação identitária de si. Os resultados evidenciaram a necessidade de promover políticas públicas que implementem as representações subjetivas desta população, a fim de ultrapassar um modus operandis exclusivamente ancorado a uma predominante visão assistencialista e patologizante,

muitas vezes ineficiente para enfrentar os processos de exclusão e marginalização que so podem ser superados, considerando as motivações (inter)subjetivas de quem encontra, ou para escolha ou para necessidade, na rua uma possibilidade de existência.

Palavras-chave: Pessoas em Situação De Rua; Identidade; Vulnerabilidade; Contexto Social; Diversidade

Abstract

Aim of the current study was to access the street-person relation by considering the subjective means, expressed by whom is living and spending one's everyday practices within this context. The research has been focused on the (con)textual positioning among people who are living in the street and their respective sociocultural field. Special attention has been paid, therefore, on how such a relation emerges out of a discursive representation about the environment these people are belonging to. Accordingly, ten participants have been involved for the present study: five are currently living in the street, without any intention to leave this situation, while other five have already lived in the street, but achieved to abandon this life-condition. Main goal of the research consisted in accessing, throughout a socio-constructionist and cultural-historical perspective, the dynamics who underly a life in the street, without any attempt to normalise or even naturalise the processes of (co)construction of intra-, inter- and extra subjective means, sustaining such a reality. Either qualitative or quali-quantitative methodologies and investigation tools have been adopted, in order to understand the production of discursive processes. Computer assisted programs such as *Transana* or *Iramuteq* have been used for performing lexicographic and text-mining analysis, respectively. Throughout discourse analysis, the following categories have been observed: a) The events and factors anticipating the condition to live in the street; b) The (inter)subjective experience of one's Dasein within the street, along with its symbolic coordinates and finally; c) The exit out of or the permanence within this urban and sociocultural field. Findings showed that the street could be considered either as a material or symbolic environment, especially due to three possible outcomes: 1) a transitional situation; 2) an existential coping driven by different ranges of agency; 3) a claim of one's identity. The results highlighted the need to promote public policies by implementing the subjective representations

of this population, in order to overcome an operational practice linked to assistentialism, along with a predominant pathological vision about this reality, often unable to face efficiently processes of exclusion and marginalisation. These conditions can only be solved, whether considering the (inter)subjective motivations of who looks for a possibility of existence in the street, either for a personal choice or existential need.

Keywords: Homeless people; Identity; Vulnerability; Social Context; Diversity

Lista de Figuras

Figura 1. Distribuição de pessoas vivendo em situação de rua nas principais capitais do Brasil.....	27
Figura 2. Censo da População em situação de rua do Distrito Federal.....	31
Figura 3. Cartaz de protesto pela permanência do CAPS Candango no SCS.....	49
Figura 4. Frequência de narrativas vinculadas aos eixos temáticos e palavras-chave no Gráfico do programa informático Transana.....	79
Figura 5. Frequência de narrativas por interlocutor em relação ao eixo temático e as palavras-chave.....	85
Figura 6. Classificação Hierárquica Descendente.....	101
Figura 7. Análise das Correspondências.....	102
Figura 8. Nuvem de Palavras.....	104

Lista de Tabelas

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos interlocutores da pesquisa.....	57
Tabela 2. Informações declaradas pelos interlocutores da pesquisa.....	59

Lista de Símbolos e de Abreviações

CAFe	Comunidade Acadêmica Federada.
CAPES	Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CAPS Ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas.
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa.
CHS	Ciências Humanas e Sociais.
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal.
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
DF	Distrito Federal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LIC	Lei de Incentivo à Cultura.
MDS	Ministério do Movimento Social e Combate à Fome.
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua.
MRT	Movimento Revolucionário de Trabalhadores.
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua.
PSR	Pessoas em Situação de Rua.
RA	Região Administrativa.
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial.

SBS	Setor Bancário Sul.
SCS	Setor Comercial Sul
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SEDES	Secretária de Desenvolvimento Social.
SEEC	Secretaria de Economia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	I
DEDICATÓRIA.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE FIGURAS.....	VIII
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE SÍMBOLOS E DE ABREVIACÕES.....	X
APRESENTAÇÃO.....	XIV
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO: GUIA PARA O(A) LEITOR(A).....	XVI
REFERÊNCIAS.....	XVIII
PRIMEIRA PARTE.....	19
INTRODUÇÃO.....	22
REVISÃO DA LITERATURA.....	27
JUSTIFICATIVA.....	33
OBJETIVOS.....	33
AS PESSOAS: CARACTERIZAÇÕES E QUANTIFICAÇÕES.....	34
O ESPAÇO URBANO DE BRASÍLIA.....	40
SEGUNDA PARTE.....	43
METODOLOGIA.....	44
MÉTODO.....	44

O LOCAL DA PESQUISA: TERRITÓRIO E CIDADE	46
PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS: ENCONTROS E VÍNCULOS	50
PARTICIPANTES.....	56
<i>Apresentação dos Participantes</i>	60
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	65
<i>Transana</i>	67
<i>Iramuteq</i>	67
TERCEIRA PARTE	69
RESULTADOS.....	70
IMPACTO HISTÓRICO-CULTURAL	70
O PRÉ-RUA.....	78
NA RUA.....	84
O PÓS-RUA.....	94
ANÁLISES LEXICOMÉTRICAS.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	119
ANEXO I.....	119
ANEXO II	121

Apresentação

*Veç ou outra eu me deparava com aquelas
pessoas, eu não pensava sobre elas, eu não sabia
sobre elas.*

Elas estavam ali, eu passava.

Um dia a gente se encontrou,

*Esse contato me ensinou sobre território,
relação, afeto, lugar, pertencimento...*

Eu nunca mais fui a mesma,

A rua já não era.

(A autora)

O interesse pela temática da pesquisa é resultado do meu percurso de especialização em Saúde Mental, que me aproximou as pessoas em situação de rua (PSR) a partir da atuação enquanto psicóloga nos dispositivos públicos de cuidados do Distrito Federal (DF). A instituição se tratava de um CAPS Ad III (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas), o que, por si só, me conduziu á interpelações críticas sobre a(s) vivência(s) nas ruas e eventual uso de substâncias psicoativas. A questão das circunstâncias da rualização e consequências existenciais passou a constituir um recorte complexo e interseccional, que contrastou com o reducionista e intrínseco olhar das mídias sensacionalistas e do senso comum, expoentes no ressoar da dicotomia droga-rua.

A prática que durou aproximadamente um ano conferiu um grau significativo de impacto tanto profissional quanto pessoal e trouxe o desafio de construir continuamente a mim mesma, afinal, o ser no mundo transforma-se destarte no ser para frente de si mesmo (Augras, 2020). Percebi *a priori* necessidade de estar ali enquanto pessoa, de coexistir existencialmente e, a partir

dessa sensibilidade, vivenciei a constatação visceral sobre a não linearidade das construções nesse contexto.

A impactante ausência da linearidade foi uma abertura para a minha busca de (co)criar uma relação menos verticalizada, através da construção de pontes e atalhos para suprir os abismos entre o lugar de profissional e o de usuário – terminologia considerada adequada pelas políticas sociais para se referir as pessoas que utilizam os serviços (Faleiros & Hochdorn, 2021; Mendonça & Hochdorn, 2020).

Sobre elas, muitas nem frequentavam o serviço, embora estivessem inseridas de diversas maneiras naquele território. Esse fenômeno convidou a minha atenção, afinal, de que modo a não participação institucional poderia ser justificada? Nessa apreciação, foi visível a dificuldade das pessoas em situação de rua no estabelecimento de vínculos de qualidade e na adaptação às normas e contratos sociais mediadores das intervenções institucionais. Perante esse cenário senti profundo incômodo enquanto profissional, pois constatava a reavaliação das ocorrências a partir da desconstrução dos mecanismos de herança manicomial nos cuidados da pessoa usuária, pois é imprescindível se pensar em uma reforma da saúde mental que não enclausura em rotinas fixas, desintegrantes e burocratizadas de um suposto cuidado.

A medida em que fui (com)vivendo, deparei-me com o o limiar estreito entre a assistência e o assistencialismo, este último por vezes se constituiu como uma demanda automatizada dos próprios usuários para a mediação de estratégias fugazes de sobrevivência e para a conquista de interesses diversos, na qual a presente superficialidade da relação mostrou-se suficiente para destacar o surgimento do mal-estar, seja por evidenciar a falta de uma relação digna e de qualidade, seja pela ausência de transformações significativas próprias do assistencialismo.

O que estava sendo construído com essas pessoas? Estavam sendo ouvidas? Deparei-me com os significados simbólicos e linguísticos e com a contradição de estereótipos, por exemplo, ausência de regras e normas na permanência na rua: elas existem. Ainda, com os abismos entre classe, direitos humanos e cidadania, produtoras de desigualdades sociais, culturais, de raça, gênero, ideologias que (re)produzem socialmente uma representação social de estigma, preconceito e exclusão, mas também com a potência da produção de vida e existências nos espaços urbanos, nas dimensões do fora e do dentro (Faleiros & Hochdorn, 2021). Suportar esses paradoxos tem sido importante para uma aproximação com os sentidos que se entrelaçam em histórias coletivas e também individuais.

Como fruto desses atravessamentos, no encerramento do percurso de especialização em Psicologia Clínica realizei em 2019 uma pesquisa fenomenológica com três pessoas em situação de rua, que considerou as unidades de sentidos articuladas ao método de escuta clínica e destacou a aproximação da psicologia em sua concepção histórica, enquanto ciência, com o campo social.

Partindo dessa premissa, encontro-me no universo da pesquisa e dos afetos, na interlocução entre a saúde, a clínica e o social, como *práxis* política inegociável, combustível para a produção que se segue.

Estrutura da Dissertação: guia para o(a) leitor(a)

Para a estrutura da dissertação, buscou-se contemplar os objetivos propostos e abordar os temas considerados importantes para pensar criticamente a relação pessoa-rua. Serão compartilhados a seguir os caminhos percorridos, estes foram guiados pelo intuito de descrever as construções contextuais estabelecidas dialeticamente que tornam a rua um lugar de vida e permanência. Os sentidos atribuídos e as representações de si, do contexto e do outro, foco da pesquisa, também são abordados e discutidos de forma transversal em todos os capítulos.

Na segunda parte, especificamente em Percursos metodológicos, apresentamos o caminho trilhado para o desenvolvimento da pesquisa. Essa parte apresentou aspectos como a escolha do território de pesquisa, os interlocutores e seus enredos coletivos do modo de viver a rua e as dimensões singulares de cada trajetória, além dos recursos e etapas de análise.

Na terceira parte, foram analisadas e discutidas as seguintes categorias: 1) Pré-rua: que descreve os elementos discursivos associados a ida para a situação de rua e os sentidos antecederam tal ocorrência; 2) Na rua: que retrata a experiência de vida no contexto de rua e 3) Pós-rua: que fala sobre a saída ou a permanência nesse espaço urbano e simbólico.

Em Considerações Finais, reservamos espaço para pontuar sobre as principais temáticas encontradas no estudo, bem como postular as lacunas existentes e traçar possibilidades de construções e pesquisas futuras. Por fim, apresentamos as referências utilizadas para articular os conteúdos aqui trazidos e os Anexos, com os instrumentos utilizados na elaboração das entrevistas.

Referências

Augras, M. (2020). *O Ser da Compreensão*. Vozes

Faleiros, V. de P., & Hochdorn, A. (2021). Discursive construction of social representations expressed by seekers of psychosocial healthcare services in Brazil. *International Journal of Social Psychiatry*. <https://doi.org/10.1177/0020764021991875>

Faleiros, V. de P. (com Mendonça, G.N & Hochdorn, A.). (2020). *Representações Sociais do Sofrimento Psíquico e da Atenção nos CAPS*. CRV.
<https://doi.org/10.24824/978655868647.7>

Primeira Parte

Introdução

*“Somos humanos
Se na rua estamos é porque nos
(des)encontramos
Somos filósofos que escrevem
Suas memórias nos universos diversos
urbanos.
A selva capitalista joga seus chacais
sobre nós.
Não somos bicho nem lixo, temos voz
Não somos mortos, estamos vivos.
Andamos em labirintos
Depende de nossos instintos
Somos humanos nas ruas”*

*(Carlos Eduardo – Cadu, humano nas ruas de
Salvador).*

O delineamento do presente estudo parte da proposição de uma dialética do fenômeno de viver nas ruas. O termo dialética pode ser aqui compreendido como um caminho entre ideias que se contradizem e/ou contrapõem e assim emergem possibilidades que desobedecem qualquer lógica iminente (Musse, 2005).

Inaugurada pela filosofia (Gramsci, 2001), a dialética permite o pensar sobre as relações de qualquer ordem ou natureza, partindo da multiplicidade de experiências e condições situacionais em que elas se apresentam. Essa premissa transmite o convite epistêmico proposto nas análises da relação pessoa-rua neste estudo.

A primeira questão emerge ao nos depararmos com a definição atribuída às pessoas que utilizam os espaços públicos para vivenciar aspectos de sua vida privada:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular. (Brasil, 2009, p. 9)

Tal designação é resultante da necessidade operacional do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), de caracterizar e agrupar o público-alvo da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída no ano de 2009.

Essa Política foi oficialmente instituída através do Decreto nº 7.053/09 e implementada graças às ações em diversas instâncias, entre elas o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no ano de 2005, onde foram discutidos os desafios da organização dessas pessoas como sujeitos sociais e as lacunas políticas existentes. O evento culminou na criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), considerado um importante recurso de mobilização das pessoas nesse contexto, cuja missão é definida por “repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgimos para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana” (Rosa et. al., 2010, p.28)

Destaca-se que a Lei nº 11.258/05 também foi impulsionada pelo evento, essa normativa passou a incluir a criação de programas de amparo a pessoas em situação de rua e redirecionar a assistência a essas demandas que, anteriormente, eram circunscritas essencialmente ao campo da filantropia e da segurança pública. Passaram, portanto, a constituírem-se como demandas da Assistência Social. Destaca-se também a realização da primeira pesquisa nacional com o censo

das pessoas em situação de rua, que apontou ainda em 2008 a dificuldade de obter números oficiais relacionados a essa pauta (Brasil, 2009).

A explícita heterogeneidade destacada e reforçada na redação da PNPSR se mostra suscetível a tentativas de apagamento contidas em uma visão homogênea, naturalizante e reducionista do fenômeno, essa última concepção acarreta a ausência de respostas acerca da singularidade das pessoas que vivem em situação de rua, impedindo o entendimento de histórias importantes para uma aproximação a essa realidade enquanto possibilidade de existência (Mendonça, 2006).

A utilização do termo *população*, de maneira implícita, remete a noção de compreensões generalistas, visto que o agrupamento inicialmente foi uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais ligados a causa, na tentativa de combater a invisibilidade histórica, social, política, cultural e econômica dos envolvidos, porém, salienta-se a aproximação com as múltiplas manifestações de realidade subjetiva enfrentada pelas pessoas que permanecem nesse contexto (Ferreira, 2006). Desta forma, será utilizado o termo “pessoas em situação de rua”, em detrimento do referenciado pela redação oficial “população em situação de rua”, visando a ênfase da singularidade que também se apresenta nesse contexto.

A segunda questão se refere à compreensão do fenômeno de viver nas ruas, que é marcado pelo viés único da ruptura, fragilidade e do não pertencimento (Rosa, 2010), viés também presente na definição já citada, que engendra nas políticas específicas e nas produções acadêmicas da temática. O mesmo autor alerta para as interações associadas a negatividade, estas por vezes acabam criando determinações reducionistas, que passam a significar tais vivências a partir das ausências.

Cabe refletir que essas concepções sustentam políticas públicas de caráter normalizador e prescritivo, baseadas em ações de inserção a partir do restabelecimento de vínculos, do trabalho e do retorno ao mundo domiciliado (Silva & Costa, 2015).

Não se trata de negar o caráter social ou tender a uma concepção liberal individualizante que culpa (Foucault, 1979), estigmatiza (Goffman, 1963) ou liberta (Hall, 1996) o sujeito, mas de enxergar a rua enquanto um espaço material e simbólico, dotado de conjuntos de possibilidades, sejam as de sociabilidade ou as de um modo próprio de existir enquanto constituição cotidiana, o que Jürgen Habermas define como “*Lebenswelten*” (1970).

A presença de pessoas que utilizam a rua como espaço de (sobre)vivência é uma realidade observada em diversas partes do mundo. Historicamente o fenômeno foi tratado como mendicância, vadiagem ou indigência (Melo, 2011). Para Stoffels (1977), esta realidade seria o produto consequencial de despejos rurais provocados pela guerra, por exemplo, os ocorridos com os veteranos da guerra do Vietnã ou da Coreia, conseguinte, da dissolução de exércitos, estabelecimento e extensão do regime escravocrata, consolidação da propriedade privada, do direito escrito, da economia monetária e da divisão do trabalho.

Contudo, trataremos aqui das especificidades inerentes ao Brasil e de sua capital, Brasília, campo observacional e de análise neste estudo. No Brasil, a realidade de vivência nas ruas é atravessada pelas dimensões econômicas, culturais, raciais, de classe e gênero, que produzem e reproduzem socialmente uma representação de estigma (Goffman, 1963), preconceito, exclusão e desvio (Lemert, 1986).

Em meados do século XX, com o desenvolvimento industrial, as populações rurais passaram a buscar novas formas de vida nas grandes metrópoles. Santos (2001) coloca que as migrações brasileiras estão relacionadas à ausência de acesso a bens e serviços essenciais e à

própria capacidade de consumo, esse segmento de migração escancara as contradições do modo capitalista de produção, pois evidencia a “falácia que todos têm oportunidades iguais” nos grandes centros urbanos (Lacerda, 2012). Essa consideração corrobora com o alerta realizado por Silva (2006), de que a compreensão desconectada e fragmentada do fenômeno conduz à responsabilização dos indivíduos, isentando a sociedade de classes de sua responsabilidade na produção das desigualdades sociais.

Esses fundamentos ajudam na compreensão da vinculação desse fenômeno com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, não se tratando, portanto, de algo natural, mas de uma construção social (Pereira, 2016).

Vale ressaltar que, na atual configuração do capitalismo, as relações advêm da lógica do comércio e do capital e têm o espaço urbano como palco de uma vida social idealizada, gerida por padrões centrados na maneira de se vestir, alimentar, trabalhar e se qualificar intelectualmente. Existem imposições do que parece ser imprescindível para compor o cotidiano (Gonçalves, 2014).

Lacerda (2012) aborda o processo de destituição do pertencimento à espécie humana atribuído a essas pessoas, a partir das representações sociais que as identificam. Segundo a mesma autora, isso justificaria a indiferença, a violência física como recurso de eliminação, pois são tidos como pessoas incômodas, inferiores e perigosas. Existe uma expressa vinculação à delinquência e à criminalidade que amparam políticas de segurança pública que não os protegem, mas penalizam. Estas medidas higienistas, visam os interesses estéticos de garantia da “ordem” e fazem parte da negação do direito à cidade e da invisibilidade cidadã desses corpos e subjetividades (Nonato & Raiol, 2016).

O discurso religioso é tanto presente quanto ambivalente, visto que opera nas representações morais, de piedade e salvação, e propendem a questionar ou mesmo negar as capacidades de autogestão e de escolha destas pessoas. As ações de caridade tendem a redirecionar o papel de Estado, transformando as políticas de direitos em ações pontuais e voluntárias. Por outro lado, vale considerar que a religiosidade também é apontada como um recurso de sobrevivência frente às vivências na situação de rua (Lacerda, 2012).

Revisão da Literatura

O processo de revisão da literatura seguiu uma lógica de tipo temática e visou identificar a produção científica sobre pessoas em situação de rua (PSR). Foi escolhido como fonte de busca o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir do acesso CAFe (Comunidade Acadêmica Federada), vinculado à UnB (Universidade de Brasília). Constatou-se a existência de um expressivo acervo de artigos sobre a vivência em situação de rua associados a distintas áreas do conhecimento e com múltiplas perspectivas teóricas.

Foram consideradas publicações entre os anos de 2010 e 2021, sem especificações categóricas. Nota-se, corroborando com Sicari (2018), que a partir de 1990 começaram as primeiras publicações sobre essa temática e que entre os anos de 2006-2012 a produção científica foi intensificada, o que pode estar associada a consolidação da PNPSR, cujo movimento de discussões teórico-práticas contribuiu para a visibilidade da necessidade de políticas públicas para essas pessoas.

No portal CAPES, utilizou-se para a busca a associação dos descritores “*Homeless, Identity, Vulnerability, Social Context, Diversity*”, acompanhados do operador booleano AND, foram resultadas dezenas de publicações. Optou-se por analisar artigos do Scopus (internacionais) e da Scielo (nacionais). Ambas as bases de dados são referências no âmbito das

ciências da saúde, sociais e psicológicas, o que justifica a seleção. Como critérios de exclusão, foram definidos artigos que destoavam das áreas alcançadas nessa pesquisa ou que abordavam perspectivas de outras faixas etárias, que não de adultos em situação de rua.

Foram encontrados 377 artigos internacionais e 289 nacionais, adotando os critérios de exclusão a partir da leitura dos resumos. Buscou-se articular as informações para obter uma compreensão crítica do que já foi pesquisado, afinal, ao analisar a trajetória temática das pesquisas brasileiras, é notável a tentativa de caracterização da população em situação de rua em termos essencialistas, tais pesquisas *a priori* entendem as causas da ida para este contexto e quantificam a ocupação urbana por zonas territoriais.

Nesse percurso observou-se que o anseio por respostas se aproxima da necessidade de indicar soluções, entretanto, estas esbarram na ausência de linearidade dos enredos e também na inconsistência da reprodução de entendimentos genéricos a todas as vivências.

Considerando a complexidade do fenômeno, Hungaro et. al. (2020) chama a atenção para as produções identitárias intra, inter e extra subjetivas, capazes de gerar sentidos múltiplos sobre si, sobre o outro e sobre a vivência de rua. Não obstante, as pesquisas sem conhecimento prévio dos moradores de rua, tratam, na maioria dos casos, a consequência como causa no que diz respeito à rua como moradia dos indivíduos (Barboza et al., 2019).

Dentre as causas frequentes estão: 1) quebra de vínculos familiares, 2) associação à dependência de substâncias psicoativas - que aparece como condição inerente ao viver na rua, o que é suscetível a questionamentos- e 3) fracassos interpessoais associados à aspectos econômicos (Sakai-Bizmark et. al., 2021; Lee et. al., 2017). Deve-se considerar que essas premissas individualizam problemas sociais estruturais e são alvos de preocupação em uma perspectiva crítica, uma vez que ainda veiculam discursos morais pela dicotomia PSR-

criminalidade, ou ainda atribuem como “solução” unilateral a tarefa de restauração de uma dignidade social e a essas pessoas a reestuturação de si mesmas de maneira irrealística, tal alternativa esbarra na manutenção da estrutura de classes e reafirma estratégias solidárias facultativas, as quais passam a tomar espaço das saídas advindas da estruturação de políticas públicas.

Cabe pensar que a ausência de moradia não é o único fator que determina a condição de viver nas ruas, pois esta se estabelece de forma material e simbólica a partir dos percursos de desvinculação e de estabelecimento de sentidos. Considerando ainda que o acesso a moradia é um direito de cidadania, apesar da manutenção da mesma não ser possível a todos e todas, seja do ponto de vista operacional, estrutural e funcional, seja através das dimensões intra, inter e extra subjetivas.

Félix-Silva et. al. (2016) denunciam o sistema econômico vigente, fundado na injustiça social e que se institucionaliza a partir de equipamentos sociais que visam retirar as pessoas da rua sem oferecerem reais possibilidades para a transformação de suas vidas, o que é paradoxal.

Pontua-se ainda que existe um quantitativo de pesquisas que metodologicamente não preveem a escuta das PSR. Além de não considerarem as narrativas subjetivas, não constroem sentido a partir da realidade dos próprios sujeitos envolvidos. Esse fator potencializa o discurso de que “*sabemos o que você precisa*” e padroniza os modos de vida e existência através da imposição de modos-de-ser “aceitáveis” dentro dos moldes de uma constituição identitária já dada.

Holanda (2019) afirma a potencialidade de analisar as narrativas individuais, pois torna possível a observação da complexidade relacional entre as práticas e a reflexividade dos sujeitos.

Abordar as singularidades permite apreender a subjetividade como aquilo que escapa aos campos sociais, “*o que não pode ser fixado por uma norma ou numa forma*” (p. 31).

Ao pensar as formas de viver o território das cidades, Santos (2001) compreendeu que essas pessoas não são subordináveis a racionalidade hegemônica. O mundo domiciliado, e o imperativo de trabalho e consumo, são ideais capitalistas que corroboram com a deslegitimação social dos desabrigados. Termos como “vagabundos”, “coitados”, “acomodados”, “ingratos” são frequentemente associados e geram problematizações sobre o estigma dessas pessoas nas pesquisas.

Para Carneiro de Alcântara et. al., (2015), esses estigmas de culpabilidade e penalização da condição de rua resultam na produção da identidade social dessas e orienta a forma de tratá-las, naturalizando ações violentas ou até mesmo condições de precarização. Adiante, Rodrigues (2016) explicita a problemática de que o próprio processo de resgate e acesso à direitos exige a existência do vínculo ou domicílio, seja familiar, bancário, residencial, domicílio civil ou até números de telefone, tais localizadores sociais ligados ao modelo burguês de vida acabam gerando ainda mais barreiras.

Outro aspecto presente nas publicações é a perspectiva de controle higienista, no mapeamento urbano dessa população. A quantificação e o agrupamento caminham em uma via de mão dupla. De um lado a necessidade de um “plano diagnóstico”, como apontado em algumas pesquisas, justificado pela importância de acompanhamento social inclusivo. Do outro, os fluxos sazonais e transitórios que se perdem na impossibilidade de regularidade, imprescindível a precisão quantitativa, quando se lida com as PSR.

Existem locais na cidade autorizados e não autorizados para as pessoas em situação de rua circularem e habitarem, e se trata de um impedimento velado de segregação socioespacial. A

oferta de espaços como casas de acolhimentos e albergues faz parte de uma estratégia de retirada dessas pessoas da rua a fim de manter uma ordem social, fomentada pelo incômodo das demais pessoas que não vivem nas ruas, com as pessoas que ali vivem (Honorato, 2014).

Outro tema relevante que será descrito adiante refere-se a patologização da PSR e a marginalização da loucura que, para além dos muros dos manicômios, continuam em voga sob correntes imaginárias da desigualdade social e seguem traçando os espaços “permitidos” e perpetuando recursos de segregação.

Mattos (2004) reitera que a caracterização das PSR como anormais carrega em si a comparação com uma "normalidade" legitimada na sociedade. Assim, o diferente passa a ser objeto de estranhamento, repulsa e alvo de homogeneização, com o intuito de manter uma dada ordem social.

Félix-Silva et. al. (2016) em estudo de recorte estadual na região Nordeste do Brasil composto por 150, apontaram que 45% de PSR declararam não apresentar problemas de saúde, contudo, 80% delas faziam uso de medicação. A medicalização da rua também é um sintoma da sociedade contemporânea que precisa abordada criticamente.

Foram encontradas também publicações com delineamentos específicos, que consideraram as variações sociodemográficas das PSR, como por exemplo, a condição de mulheres, pessoas transexuais e os respectivos desafios e possibilidades a partir do recorte interseccional.

Um exemplo de estudo correspondente à perspectiva interseccional é o de Dias et. al., (2015), no qual foi constatado que as mulheres travestis e transexuais inseridas no contexto de realização estão sujeitas a maiores riscos que os homens. Suas demandas são invisibilizadas por estarem submetidas ao enquadramento heteronormativo ainda enraizado na sociedade

contemporânea. Desta forma, a violência é expressa de maneira múltipla e é sustentada pela negação da cidadania advinda da deslegitimação reiterada das travestilidades e transexualidades vivenciadas.

Adiante, foram aproveitados artigos cuja lente de análise evidenciou o (co)construído no contexto da rua, ou seja, relatos de sobrevivência, resistência e encontros. Também os que abrangeram a dimensão dos modos de subjetivação pela expressão artística, cultural, de acesso a dispositivos de cuidado e de enlaçamento, sustentados por processos emancipatórios.

Félix-Silva et.al. (2016) afirmam que as relações da rua vão se tornando familiares, estabelecendo novas conexões onde o doméstico, privado, vai dando lugar ao aberto, conectivo, tal qual a oxigenação da cidade, onde existe também lugar de acolher, de construir redes, de permitir contorno de territorialidade e pertencimento.

No que diz respeito as publicações internacionais, não serão abordadas com destaque nesta pesquisa. O que chama a atenção é o fato de que a situação de rua é descrita a partir de uma estruturação de fatalidade. Nelas, as narrativas constroem direcionamentos que apontam a ausência de moradia como resultantes de processos migratórios, impossibilidade de renda, por questões de saúde física ou mental, invalidez e adversidades pessoais. Associam a condição a processos transitórios, ou seja, não existe nas realidades abordadas, implicações macro no desenvolvimento desse fenômeno (Busch-Geertsema, 2010).

Como aponta Alowaimer (2018) sabe-se que vários países ainda não possuem uma política para as PSR, alguns possuem medidas solidárias como intervenção, outros contam com incentivo de renda durante certo período para auxiliar no restabelecimento de moradias. Aponta-se a prevalência de investigações relacionadas a aspectos de saúde física e mental dessas pessoas, sem teto, como costumam serem chamadas nesse recorte cultural.

Justificativa

A pesquisa possui relevância tanto no nível de produção de conhecimento, quanto nas suas possibilidades aplicativas, pois a circularidade entre ambas se constitui a partir do compromisso ético e coletivo de (re) construção da realidade. Portanto, se pautam nos sentidos subjetivos a partir da descrição discursiva das pessoas que vivenciam ou vivenciaram a situação de rua através da escuta, instrumento fundamental para a produção do conhecimento e para o resgate de possibilidades e enredos silientes ou deslegitimados.

A matriz epistemológica e teórica, junto com suas aplicabilidades práticas visam a compreensão interseccional de uma realidade complexa: a permanência e vida na rua. Ao fazer emergir as experiências e as representações sejam sociais, sejam subjetivas, a fim de implementar as possibilidades de aproximação, a pesquisa se justifica por seu potencial em promover importantes iniciativas na construção de políticas públicas que alcancem de forma mais representativa e autêntica essa população.

Além disso, tendo em vista a perspectiva dialética aqui abordada e a constatação da não linearidade do fenômeno de viver nas ruas, bem como as desconstruções dicotômicas propostas, consideramos que tal pesquisa pode contribuir para o processo formativo de profissionais que atendem essa demanda em serviços de saúde, assistência ou ainda comerciantes e população em geral, reduzindo a reprodução de ações discriminatórias e redirecionando o cuidado e a relação a partir de condutas mais inclusivas.

Objetivos

A partir da temática, pretendeu-se responder a seguinte pergunta norteadora: “Quais são os sentidos de si e do contexto que são constituídos na relação pessoa-rua e que implicam na escolha da rua como possibilidade de vida e permanência?” Logo, foram investigadas três

aspectos referentes ao tema desta pesquisa: a) A rua como possibilidade de escolha social e simbólica; b) A vida e a permanência na rua como construções sociais e subjetivas e c) Diante da condição de vulnerabilidade social implicada no viver em situação de rua, existe uma dimensão de sentido potencialmente construído.

Partindo destas premissas o objetivo geral da presente pesquisa consistiu em abordar a subjetividade quanto à pluralidade identitária das (inter)relações pessoa-rua a partir dos sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos que vivem e permanecem nesse contexto.

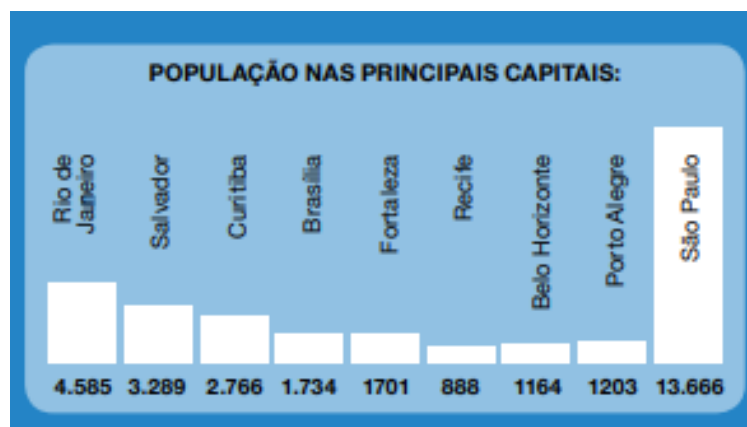
Em suma, os objetivos específicos buscaram: 1) Acessar as representações intra- inter- e extra subjetivas acerca de si de pessoas com experiência de vida e permanência em situação rua. 2) Identificar os sentidos subjacentes às condições contextuais de pessoas com experiência de vida e permanência em situação de rua e 3) Analisar criticamente as construções discursivas, que permeiam as narrativas as quais circunscrevem a rua como um lugar possível de viver.

As Pessoas: Caracterizações e Quantificações

O primeiro e ainda único censo decenal foi realizado em 2008 e identificou cerca de 31.922 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Cabe dizer que a pesquisa foi realizada em apenas 71 municípios, dos 5.565 existentes na época, sendo apenas seis na região centro-oeste (Brasil, 2008).

Figura 1

Distribuição de pessoas vivendo em situação de rua nas principais capitais do Brasil.



Nota: Movimento Nacional da População em situação de rua (2008)

Além dos achados quantitativos, conforme a figura 1, o estudo envolve outras especificidades do perfil sociodemográfico destas pessoas, de significativa relevância para uma análise das características desta população. Conforme os dados existe uma predominância de homens (82%), com variações etárias entre 25-44 anos (crianças e adolescentes não foram entrevistados). Em relação a autodeclaração racial, 27,9% das pessoas consideravam-se pretas, 39,1% pardas e 29,5% brancas. Assim, pardos somados a pretos, a proporção é substancialmente maior que a de pessoas brancas na população em situação de rua. A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00-80,00 semanais.

Dos entrevistados 74% sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% assinam apenas o próprio nome. Diagnosticou-se que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder/não lembram/não responderam o seu nível de escolaridade, apenas 3,2% concluíram o segundo grau. Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%)

e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Do total de indivíduos pesquisados, quase metade (48,4%) estava há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue.

Dentre aqueles que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência, ou seja, de 1-6 meses 30,4% da amostra, sendo que 36,3% não fornecem esta informação. Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições, sobre esse aspecto, 28,1% afirmaram histórico em casa recuperação de dependentes químicos, 27,0% em abrigo institucional, 17,0% em casa de detenção, 16,7% em hospital psiquiátrico. Ainda, 15,0% dos entrevistados já estiveram em acolhimento institucional quando crianças e/ou adolescentes.

Adiante, cerca de 60% afirmaram já ter passado por pelo menos uma das instituições citadas e 0,7% por todas estas instituições. Em relação aos vínculos familiares, identificou-se que 51,9% dos entrevistados contavam com algum familiar residente na mesma cidade, porém, 38,9% deles não mantinham contato e 14,5% mantinham em períodos espaçados, a cada dois meses ou a cada ano. Para 34,3% dos entrevistados o contato com familiares era frequente, desse valor, 39,2% consideravam o relacionamento como bom ou muito, enquanto 29,3% consideram este relacionamento ruim ou péssimo. 23,1% mantinham contato com parentes residentes fora da atual cidade.

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), atuação em construção civil (6,3%), atuação em limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% pedem dinheiro. Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na denominada economia informal: 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram

atualmente. Dos restantes, 56,0% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72,0% vieram de áreas urbanas. Não sendo, *a priori*, atualmente decorrência de deslocamentos ou da migração campo-cidade (Brasil, 2008).

A estimativa mais recente foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2016, por meio do Censo Suas, instrumento eletrônico nacional de captação anual de informações institucionais de secretarias e conselhos estaduais e municipais de assistência social, bem como de equipamentos públicos, tais como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). Essa estimativa aponta que o contingente de pessoas em situação de rua triplicou em sete anos, totalizando cerca de 101.854 pessoas. Ressalta-se que a ausência de dados oficiais sobre essa população, condição que pode ser explicada parcialmente pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo (IPEA, 2016).

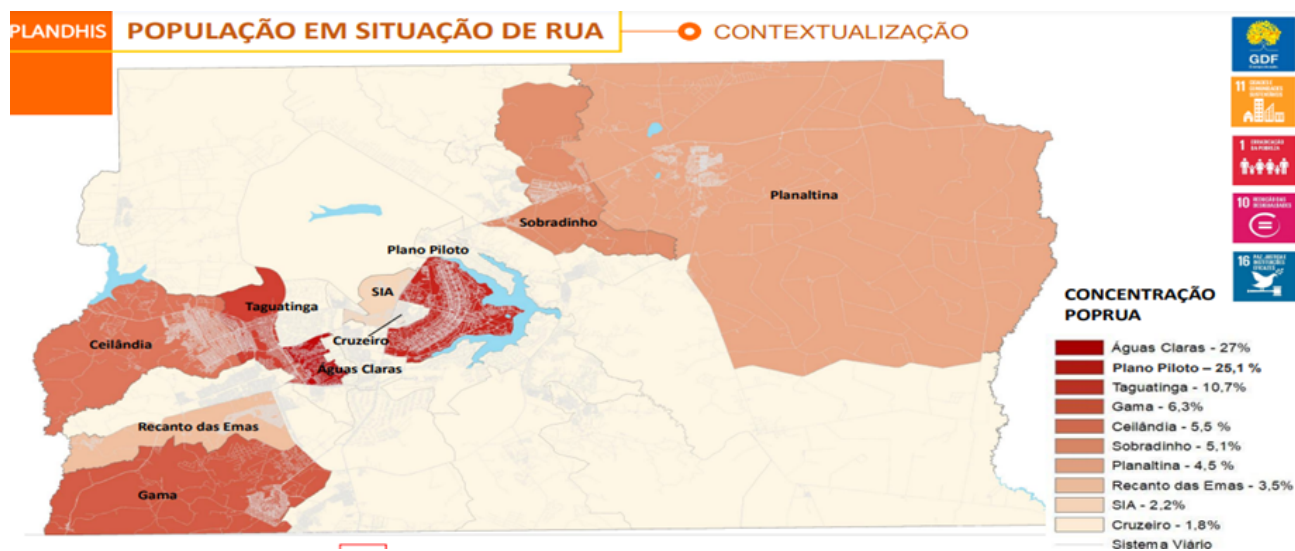
Inclui-se uma nova estimativa da População em Situação de Rua com a pandemia do Sars-Cov-2 (COVID-19), cuja eclosão de seus impactos sistêmicos se constitui como um evento de difusão planetária sem precedentes. Em relação a Gripe Espanhola (1918-1920) e a Peste Bubônica (1347-1480) constata-se índices heterogêneos de propagação e lógicas diferentes, tais eventos históricos estavam limitados à específicas áreas geopolítica. A pandemia da Covid-19 mostrou-se capaz de intensificar os efeitos da desigualdade social ao impor calamidades sanitárias e econômicas. A necessidade de isolamento social e higiene para quem não possui sequer moradia -ou dispõe de residências provisórias coletivas- e a limitação repentina dos já escassos meios de sobrevivência acentuam tais vulnerabilidades. Consta-se, segundo Natalino (2020) que em fevereiro de 2020 mais de 146 mil pessoas se declararam em situação de rua no

Cadastro Único de programas sociais do governo federal. Uma nova estimativa da população de rua indica, por sua vez, que, em março de 2020 cerca de 222 mil pessoas encontravam-se em situação de rua. Dessa maneira, é notável o desafio adicional para as políticas de atenção à população em situação de rua no cenário pandêmico.

Especificamente no Distrito Federal (DF), o último Censo da População em Situação de Rua indicou que em 2011 havia 2.512 pessoas vivendo nas ruas, sendo 1.972 adultos, 221 adolescentes e 319 crianças. As regiões com maior concentração eram Águas Claras, Plano Piloto, Taguatinga e Gama, conforme explicitado na figura 2 (Gatti & Pereira, 2011).

Figura 2

Censo da População em situação de rua do Distrito Federal



Nota: Projeto Renovando a Cidadania (2011) – Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Em 2021 a SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social) computou 2.303 mil pessoas em situação de rua – com uma população total de 3.094.325 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2021. O número é 17,5% maior do que o registrado em 2020, ou seja, 2.181 mil indivíduos. Taguatinga, Ceilândia, Planaltina e Plano Piloto foram os locais com maior quantitativo de pessoas vivendo nessas condições.

A figura 2 retrata o contexto de 2011 ao ilustrar a concentração de pessoas em situação de rua dispostas de acordo com as regiões do DF, esses dados contrastam com os de 2021, após dez anos nota-se um crescimento do quantitativo e também a continuidade de concentração em regiões semelhantes, exceto Águas Claras, que anteriormente ocupava o primeiro lugar e posteriormente não foi apontada.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) divulgou um mapeamento da atividade econômica do DF, no documento da pesquisa, ao analisar as regiões com maior concentração de PSR, nota-se que Taguatinga é apontada como uma região em crescimento positivo de renda e é a campeã de possibilidades de emprego fora da região do Plano Piloto. Já esta segunda possui o maior percentual de salários e pessoas que moram e trabalham na mesma região. A Ceilândia é a Região Administrativa (RA) mais populosa e que oferece maior prevalência de trabalhos não formais. Já Planaltina aparece como a região destacada pelo setor especializado em agricultura e chama atenção para baixas rendas associadas as atividades de trabalho (Codeplan, 2017).

A partir demanda da Secretaria Desenvolvimento Social do DF (SEDES), da Secretaria de Economia (SEEC) e de movimentos sociais que atuam pelas PSR, uma nova pesquisa local encontra-se em andamento. Conduzida pela Codeplan, essa pesquisa objetiva a construção do perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal, com intuito de coletar dados que

tornem possível a identificação quantitativa e espacial, bem como mapear o perfil socioeconômico e o traçar um delineamento das necessidades sistêmicas do referido público

O Espaço Urbano de Brasília

A Capital Federal pode ser considerada uma vítima da urbanização, cujo processo se deu através de pressões socioeconômicas provenientes do cenário nacional de subdesenvolvimento (Paviani, 2003). Anterior à sua construção consumada pelo presidente Juscelino Kubitschek, já representava um ideário no bojo da chamada Marcha para o Oeste, fazendo referência a região Centro-Oeste, que atualmente a comporta. Tal processo foi iniciado ainda no Governo de Getúlio Vargas. O mesmo autor destaca que o planejamento territorial da cidade visava uma interação social utópica que findou por apartar as camadas populares do Planalto Central.

Alves (2005) destaca que Brasília representa uma constituição modernista que busca sinalizar o novo, o estágio de industrialização e reorganização econômica, que simboliza o centro, a capital e o ponto de encontro. Ainda, reflete sobre a utópica perspectiva de controle contida desde o seu planejamento, afirmando que:

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma “urbs” – um ambiente arquitetônico planejado –, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. (Alves, 2005, p. 128)

Ou seja, a cidade é feita a partir das atribuições individuais e coletivas que lhe são dadas. A mesma autora complementa ao colocar que a identidade urbana perpassa a produção de desordem e ação de pessoas que não aparecem nos desenhos arquitetônicos.

A cidade é feita de homens, não de obras de arte. A cidade “ideal” ou utópica, surgida da suposta onipotência de seu criador, é uma ficção. Nenhuma cidade jamais nasceu da

invenção de um gênio; ela é o produto de toda uma história que se cristaliza e manifesta (Alves, 2005, p. 128)

Os construtores da capital observaram quando estava sendo erguido o Plano Piloto, núcleo central da cidade, que não seria possível abarcar a quantidade de pessoas que migravam para a região como também os trabalhadores que a construía. Com isso, começaram a ser elaborados outros núcleos urbanos afastados do centro político e administrativo (Alves, 2005).

Essa ação marcou a expansão territorial de Brasília, cuja organização urbana reafirma desigualdades a partir de uma segregação socioespacial, à qual a maior parte da população das cidades satélites está submetida (Pereira, 2016). Essa segregação se articula a estratégias de mobilidade urbana e restrição de acesso a determinadas regiões, já que o transporte coletivo como ônibus e metrô possuem limitações logísticas e de horários (Carvalho, 2008).

Desta forma, compreende-se que existe uma cidade real e não utópica, composta por cidades satélites cuja expressão de hábitos, costumes e culturas de pessoas vindos de todos os cantos do Brasil se faz presente, desarrumando uma Brasília traçada a régua e compasso e que concentra sua monumentalidade apenas no Plano Piloto (Alves, 2005).

A escolha por entrevistar as pessoas em situação de rua situadas no Plano Piloto se deu pela dupla “transgressão”, primeiramente da lógica disciplinada do espaço urbano da cidade, da convenção capitalista de ordem e secundamente pela estabilidade social que tal localização carrega.

Existem, portanto, considerações próprias referentes às PSR nesta região do DF, diversas delas são provenientes de fluxos migratórios, possuem em comum o singular encontro com um território construído e gestado para a preservação do poder, e por vezes do não acesso a direitos.

Algumas destas dimensões serão abordadas pelos olhares daqueles que as encaram de frente, pois fazem parte de seus mundos vividos.

Segunda Parte

Metodologia

“A rua impõe deslocamentos mais que geográficos”

(Silva e Belloc)

Apresentaremos a seguir os caminhos percorridos, considerados coerentes com as estratégias e os procedimentos metodológicos utilizados na construção de uma pesquisa nessa temática. Destacaremos os olhares do conhecimento e as características do local em que a pesquisa foi realizada, o modo como os encontros e vínculos foram estabelecidos, apresentaremos os participantes e por fim, as lentes de análise.

Destaca-se que o projeto de pesquisa deste estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CEP/CHS, e se adequou às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares, identificado pelo CAAE: 37498720.7.0000.5540.

Método

A presente pesquisa ocorreu a partir de uma perspectiva socioconstrutivista (Goffman, 1959;1963), interacionista (Blumer, 1969) e cultural-histórica (Vygotsky, 1934), cuja prática social, as coordenadas culturais e os construtos da identidade não se apresentam como entidades lineares, mas surgem enquanto processos fluidos, interseccionais e complexos, cujo conhecimento é subjacente a lógicas mais correlacionais do que causais. Dessa forma, as subjetividades são percebidas em suas disposições conforme uma ordem social e simbólica, que se dá por meio de categorias de significados negociados juntos aos agentes constituintes de um mesmo contexto cultural (Goffman, 1963).

O estudo focalizou mais nas relações associativas e menos às dimensões da vulnerabilidade. Não obstante, o referencial teórico serve de subsídio para a compreensão da constituição dos laços na realização, por reconhecer na PSR a própria potência de (re) produzi-la enquanto lugar existencial.

Articulando-se a essa premissa epistemológica, foi adotada uma visão paradigmática interseccional, abordagem de matriz sociológica na Psicologia Social, na qual as representações intra, inter e extra subjetivas constituem um processo de significação socialmente compartilhado, culturalmente reificado e normativamente legitimado (Hochdorn e. al., 2016). Assim, é permitida a particularização das especificidades enredadas em uma dimensão complexa e multiforme, cujos mecanismos dependem de fatores entrelaçados que não podem ser explicados exclusivamente por procedimentos de conhecimento dedutivos.

As representações anteriormente citadas constituem construtos mais do que conceitos e são capazes de recuperar o caráter fluido das interações humanas. Tal perspectiva pretende a construção de uma ponte entre as funções cognitivas e as coordenadas contextuais -linguagem e pensamento- numa relação dialética entre o sujeito e o seu respectivo contexto. A teoria do interacionismo simbólico, por permitir o gerenciamento de mudanças nas concepções epistemológicas, se tornou um referencial paradigmático utilizado em diversos estudos, principalmente nos ligados a experiências de marginalização (Hochdorn et al., 2016), exclusão (Hochdorn et al., 2018) e vulnerabilidade (Nicoletti, et al., 2017; Torres et al., 2016).

Tal concepção ontológica foi escolhida na tentativa de se aproximar da sensível condição de quem mora na rua, pela abertura às vivências mais autênticas dos interlocutores, os quais se tornam protagonistas ativos da pesquisa, dada a ocorrência da triangulação pesquisador-contexto-interlocutor pela técnica de observação participante (Goffman, 1959). Nas produções

em Psicologia Social Crítica, o pesquisador e pesquisado são participantes ativos na construção do percurso de problematizar as relações sociais que se estabelecem em determinado contexto, considerando essas como diversas, transitórias e inacabadas, podendo ser constantemente ressignificadas. (Sicari, 2018)

O local da Pesquisa: Território e Cidade

A pesquisa foi realizada na cidade de Brasília, localizada no Distrito Federal, no perímetro que corresponde a RA-I do Plano Piloto, mais precisamente no Setor Comercial Sul (SCS). Tal região pertence a Escala Gregária da cidade, que compreende a interseção dos Eixos Monumental e Rodoviário, nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquias e de Rádio e Televisão Sul e Norte e compõe o planejamento da identidade urbana da capital do Brasil (Costa, 1987).

O SCS, teve seus primeiros edifícios ocupados no início da concepção de Brasília, tratava-se de um espaço para sedes provisórias de órgãos públicos que ainda não tinham suas estruturas finalizadas. Porém, com a conclusão das obras fixadas em outros setores da cidade, essa região passou a sofrer com a desocupação dos seus edifícios, em meados da década de 90, após experimentar quase a ocupação máxima de sua capacidade. Como resultado houve a perda do principal fluxo de pessoas, composto por trabalhadores do setor público e profissionais liberais, o SCS já não contava com muitos frequentadores noturnos. Houve a vastidão de prédios e salas desocupados e a redução do trânsito de pessoas, tornando-o uma alternativa de ocupação para diversas PSR, que se instalaram na região central da cidade, ocupando garagens, subsolos e marquises. Essas pessoas construíram seus próprios abrigamentos e estabeleceram um novo repertório de fluxos e vivências nessa localidade.

A partir dos anos 2000 houve a inauguração da Estação Galeria do Metrô, pouco tempo depois da reforma da Galeria dos Estados, projeto de revitalização do corredor entre o SCS e o Setor Bancário Sul (SBS). Consequentemente, a Galeria dos Estados pós-reforma virou rota de diversos trabalhadores da região, incluindo funcionários de shoppings, hospitais, restaurantes, hotéis e de outros setores.

A presença de PSR passou a ser apontada como um obstáculo ao desenvolvimento do comércio e fator de risco a região, que associava a vulnerabilidade à criminalidade. Com o interesse monetário em tornar o local novamente rentável, medidas higienistas foram aplicadas, incluindo a retirada de todas essas pessoas que ali viviam. Situação destacável ocorreu na Copa do Mundo de Futebol em 2014, onde o país sediava o evento e Brasília receberia confederações e partidas no Estádio Nacional de Brasília, nesse período, as pessoas em situação de rua foram levadas sem o consentimento para “casas asilares de conversão religiosa e abstinência compulsória temporária” e depois retornaram novamente a região. (Saúde Mental Crítica, 2022; Exame, 2014).

O projeto de revitalização, atualmente em andamento, conta com iniciativas de organizações, sindicatos, entidades governamentais como a administração regional e com a sociedade civil, não obstante, possui contradições quanto a mediação do território e ao manejo com as pessoas em situação de rua que ali estão. Esse local tem sido considerado um polo cultural de intervenções artísticas, urbanas, shows e eventos como carnaval e festas nas ruas. Esquinas e becos são espaços de convivências, capazes de transformar a memória afetiva dos brasilienses. Aos poucos, as programações vêm retomando com a autorização de eventos pós pandemia e o cenário, que combina programações em diversos horários, já chegou a reunir

milhares de pessoas, este que aponta a inclusão e a visibilidade como combustíveis pouco se articula as instituições de assistência e saúde.

O SCS, possui um CAPS ad III que está na região desde 2014 e acompanha cerca de 1.300 pessoas, dentre elas, diversas transitam pelo território ou se encontram em situação de rua. A instituição oferece cuidado em saúde na lógica psicossocial às pessoas que possuem alguma necessidade decorrente do uso de álcool e outras drogas. O equipamento compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Este serviço se encontra ameaçado de despejo, pois existe uma mobilização de comerciantes, apoiada por parlamentares, para que deixe de operar nesse território, pois sua presença é constatada como um reforço a permanência de pessoas em situação de rua na região. As falas segregacionistas apontam que o CAPS atrai pessoas que são indesejadas pelo público do comércio.

Figura 3

Cartaz de protesto pela permanência do CAPS Ad III Candango no SCS



Nota: MRT – Movimento Revolucionário de Trabalhadores

A figura 2 retrata a mobilização dos trabalhadores e movimentos sociais da luta antimanicomial para combater a retirada de um importante dispositivo de base territorial. O CAPS Ad resiste e reside nesse endereço e território, e foi um importante interlocutor para o desenvolvimento desta pesquisa.

Durante a minha atuação enquanto psicóloga residente em Saúde Mental, tive a oportunidade de conhecer o espaço físico do SCS e de me aproximar da dinâmica do território e das PSR na região. Apesar da alta rotatividade e dos desafios cotidianos que impactam nas rotinas e modos de organização desse local, é possível se referenciar por alguns atores sociais, ou minimamente ser uma figura de familiaridade a partir da referência de profissional de saúde. Mesmo após o término da minha atuação, o vínculo com a instituição é mantido e com algumas pessoas que vivem em situação de rua também. Tal fato me permitiu contato e indicações de possíveis interlocutores para a pesquisa, tanto por parte de profissionais quanto por lideranças da rua.

Foram realizadas cinco entrevistas com homens cisgênero acima de dezoito anos, que vivem e permanecem entre 5 e 28 anos em situação de rua, aqui, entendeu-se como pessoas em situação de rua aquelas que garantem sua sobrevivência predominantemente nesse espaço na forma de trabalho, alimentação, lazer, descanso, entre outras atividades cotidianas. Não houve critério de exclusão relacionado ao sexo, porém, durante o contato para entrevistas houve a predominância de pessoas do sexo masculino no contexto de realização.

Foi necessária uma imersão atenta para conseguir captar a disponibilidade dos interlocutores, o cuidado para não invadir momentos considerados cruciais das suas rotinas se fez imprescindível, como por exemplo, a hora das refeições, de possíveis conflitos interpessoais, o processo de manguear (conseguir subsídios para manutenção no espaço da rua), ou quando era

o caso, do uso de substâncias, já que o efeito reverberaria na compreensão e expressão de linguagem.

Procedimentos de coleta de dados: Encontros e Vínculos

A sintonia empática permitiu encontros frutíferos. Todas as entrevistas foram realizadas no próprio local de vida dos interlocutores. Inicialmente pesquisadora apresentou-se e falou sobre a pesquisa, estabelecendo um diálogo fluido e singularizado. Foi importante ressaltar que não se tratava de entrevistas vinculadas a ações governamentais e que de fato, o processo de escuta buscava uma compreensão de sentidos e modos de vida, e que cada um poderia contribuir com suas experiências e significados subjetivos.

Alguns deles pontuaram sobre a ausência de devolutivas em resultados de pesquisas, e refletimos sobre dificultadores inerentes aos modos de vida dessa população. Pensou-se em alternativas para eles terem acesso, dentre essas: a ponte com o CAPS, a busca ativa nas proximidades do SCS, a possibilidade de contato com os pesquisadores pelos canais descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (anexo I). Este foi lido em voz alta e explicado detalhadamente em formato acessível, pois algumas pessoas não eram alfabetizadas e sabiam apenas assinar o próprio nome, todos os participantes encontrados foram voluntários que aceitaram a participação, expressa na assinatura do TCLE.

Os demais cinco participantes possuem vivência e experiência em situação de rua que variam entre episódios esporádicos e sete anos de permanência, mas que não se encontram mais nesse contexto. Tais critérios de inclusão visam garantir um repertório amplo, em termos amostrais, da vivência em situação de rua, haja vista uma alta rotatividade dessa população, bem como a diferença entre as experiências e percepções de permanência nesse contexto.

Foram contatados a partir da interlocução com o Projeto Social Traços DF, que existe há seis anos na cidade de Brasília e foi recentemente inaugurado também na cidade do Rio de Janeiro. O projeto é viabilizado a partir da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), celebrado com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF e tem objetivo gerar renda e reinserir no mercado de trabalho pessoas em situação de rua e/ou extrema vulnerabilidade socioeconômica.

A comercialização de exemplares acontece em locais de grande circulação de pessoas, como restaurantes e bares, atualmente conta com 47 edições de revistas que divulgam poetas, escritores, músicos, atores, artistas plásticos, cineastas, fotógrafos e DJs que vivem de sua arte na região, além disso dão visibilidade para novos espaços e intervenções culturais locais. Os vendedores são chamados de Porta-Vozes da Cultura, e, além de garantirem fonte de renda, recebem acompanhamento singularizado que inclui planejamento financeiro e de vida, atendimento psicológico, encaminhamentos para a rede socioassistencial, investimento educacional e inserção em atividades e ações culturais. A partir do ganho de autonomia conseguem custear recursos humanos básicos como moradia, alimentação e saúde.

O ciclo de geração de renda se inicia a partir de 30 unidades que são fornecidas gratuitamente pelo projeto. Cada exemplar da revista custa R\$ 10,00. O vendedor fica com R\$7,00 e utiliza os outros R\$3,00 para comprar um novo exemplar, mantendo o ciclo ativo. Importante ressaltar que além dos porta-vozes existem outras funções na equipe voltadas para aspectos de comunicação, texto, fotografia, relacionadas a produção física e digital da revista, porém não são realizadas por pessoas em situação de rualização (Traços, 2021).

Lopes (2019) ao analisar criticamente a linguagem discursiva da Revista Traços, afirma que não se trata apenas de um produto a ser consumido, mas de uma ferramenta que permite que o sujeito se nomeie e se caracterize dentro da estruturação social.

Parte do trabalho da *Traços* é criar os espaços de confronto e encontro entre os estigmatizados e os não estigmatizados e esse movimento é um dos momentos de desconstrução do discurso hegemônico e da aceitação da sua imposição por parte do sujeito estigmatizado. Claramente outros momentos de promoção dessa desconstrução discursiva ocorrem por meio da leitura do conteúdo da revista – das histórias de vida – bem como do acesso aos resultados positivos de transformação da vida dos porta-vozes. (Lopes, 2019, p. 200)

A *Traços* (2021) informa em suas edições os resultados sociais. Identificou-se que 350 porta-vozes passaram por lá e receberam treinamento, 170 conquistaram um emprego formal e deixaram o projeto e mais de 1.600 artistas foram visibilizados pelo conteúdo das edições.

Adiante, fui recebida em alguns dos encontros quinzenais da revista, que acontecem às sextas-feiras pela manhã, onde se reúnem todos os porta-vozes ativos no projeto, os supervisores e a coordenação social. São momentos de diálogos, informes e interações lúdicas. Os encontros antes da Pandemia da Covid-19 aconteciam em um auditório no Museu Nacional da República. No meu primeiro encontro, tive a oportunidade de me apresentar, explicar sobre a pesquisa e de observar as interações, o que me fez entender melhor sobre o projeto e as relações que eram estabelecidas. Notei um clima descontraído, de cuidado mútuo e vínculos horizontais. Também fui a sede do projeto para conhecer os demais envolvidos na produção da revista.

Durante a minha aproximação, coletei os contatos telefônicos de todos os porta-vozes interessados e agendei a entrevista de acordo com a disponibilidade relatada. Os encontros

aconteceram na região de vendas de revistas de cada um. A divisão por áreas de abrangência é uma estratégia do projeto para não haver concorrência e conflitos entre os vendedores.

Cabe destacar que cada entrevista foi realizada em um comércio local escolhido pelos interlocutores e adentramos como clientes, ambos relataram que nunca haviam estado no lugar de consumidores nesses restaurantes, cafeterias, lanchonetes e confeitarias. O custo dos consumos foi previsto no orçamento da pesquisa. Observou-se que tal fato foi significativo para todos os interlocutores que pautaram a experiência como positiva.

Foi utilizado como recurso a entrevista narrativa visando proporcionar a abertura da fala através do próprio universo simbólico e experiencial, que faz emergir uma determinada prática retórica. Buscou-se acessar os processos discursivos por meio dos quais os atores sociais se posicionam diante de si, do contexto e do outro, evidenciando as inter-relações *pessoa-pessoa e pessoa-contexto* implicadas nas escolhas de vida e permanência em situação de rua. Foi utilizada ainda a observação etnográfica de fundo como elemento de análise das estruturas implícitas (a matriz simbólica) e dos contextos situados de interação (a rua) (Zuchermaglio, 2004). Que prevê a aproximação do objeto a partir da inserção direta e participante no contexto de desenvolvimento dos eventos do próprio campo de pesquisa (Goffman, 1959). A pesquisadora utilizou um questionário sociodemográfico (anexo II) visando entender algumas características da amostra que viabilizaram a análise do perfil dos interlocutores. Propôs-se superar os limites de correlações causais e postura neutra diante da realidade a ser conhecida.

A questão norteadora utilizada foi “Fale sobre a sua experiência de vida na rua”. Outras perguntas buscaram acessar os objetivos específicos desse estudo. Tais questões emergiram na interação com a pessoa participante no momento da entrevista. O objetivo, de fato, consistiu em estimular a fala espontânea dos sujeitos, com interferência mínima da pesquisadora na

construção do próprio discurso. Foi possível, assim, identificar um gênero narrativo distinto, que caracteriza o estilo discursivo, e, então, os limites linguísticos que definem (Wittgenstein, 1922) e circunscrevem (Berger & Luckmann, 1966) a *Lebenswelt* e o *Dasein* da pessoa que vive na rua. O primeiro, proposto por Husserl, corresponde à dimensão cultural e histórica da vida, onde as subjetividades são constituídas intersubjetivamente. No segundo, Heidegger refere-se à condição de ser-no-mundo que compõe a existência de todo indivíduo. É a partir da nossa capacidade de implicação e condição de presença no mundo que constituímos nossa existência singular.

Durante a realização das entrevistas, ao relatarmos conteúdos sobre sua história de vida e acessarmos lembranças, os interlocutores se mobilizaram, alguns pediram para mudar de assunto, outros pausaram ou reduziram o volume da voz na tentativa de lidar com o que estava sendo manifesto.

Abaixo seguem alguns trechos que buscam exemplificar, o que foi relatado pelos participantes e como se sentiram durante a realização das entrevistas. Portanto, trata-se de uma integração da descrição dos métodos e não se refere aos resultados da presente pesquisa, os quais foram inseridos na terceira parte desta dissertação.

Trecho 1: Desculpa aí qualquer coisa, acabou que mexe com meu emocional, né? Ter vivido isso tudo, ter participado disso tudo, eu quero poder também fazer alguma coisa pelo social, não só ajudar vocês estudantes a crescer nesse lado, como poder crescer como eu tenho crescido e no futuro também auxiliar no que for necessário. (Participante 4)

Nesse relato identifica-se um resgate sensível de memórias, mas que há um sentido atribuído de contribuição a outras pessoas e à pesquisa, ao compartilhar a própria vivência.

Trecho 2: Foi um prazer falar com você. Espero que tenha ajudado ficou bom, né? (Participante 5)

No trecho acima também se evidencia a possibilidade declarada pela interlocutora de ajudar a pesquisa/ao socializar as de sua história de vida.

Trecho 3: E você vai achar até casos mais piores, mais horríveis que o meu. (Participante 6)

Tal relato dimensiona implicitamente o impacto que a interlocutora sente causar em quem conhece sua história e afirma que é comum encontrar histórias difíceis em pessoas que vivenciam a rua. E por fim, as duas falas abaixo trazem a dor do contato com esses conteúdos, explicitamente presente no diálogo.

Trecho 4: Não vamos mais falar desse assunto, pelo amor de Deus. (Participante 10)

Trecho 5: Eu não gosto nem de falar que dói muito. (Participante 6)

As falas descrevem múltiplos sentidos de emoções, algumas expressas concretamente em termos como saudade, esperança, tristeza, alívio e alegria e até de desconfiança, como exemplificado abaixo.

Trecho 6: Eu vou falar aqui, mas aí assim, isso aí não vai para polícia né? (Participante 7)

Destaca-se que falar sobre si e estabelecer relações de confiança no contexto da rua constitui uma tarefa árdua. Existem temas relacionados a transgressões da ordem, mas que fazem parte dos acordos da vivência nas ruas que nem sempre são compreendidos por quem não vive ou não se aproxima dessa realidade. Há também o receio da exposição, acabam se preservando para não sofrerem retaliações.

Ressalta-se a importância de diferenciar o meu papel de pesquisadora e não de psicóloga social nos momentos de diálogo e presença no território. Mesmo que não seja possível dimensionar ou separar totalmente os atravessamentos de uma prática sob a outra. Porém foi importante demarcar essa fronteira do ponto de vista ético, para afirmar as minhas limitações

sobre possíveis intervenções dos conteúdos psicossociais escutados, o que não me impediu de realizar os encaminhamentos aos serviços da Rede.

Participantes

Dez pessoas foram entrevistadas, cinco em situação de rua e cinco com trajetória e experiência de rua que não vivem mais nesse contexto. Tendo em vista a preservação da identidade, serão utilizados termos numéricos -apesar da impessoalidade- como denominações alternativas aos participantes, pois é imprescindível seguir os parâmetros éticos estabelecidos em pesquisa.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, com gravações de áudios transcritas na íntegra, visando garantir a fidedignidade do conteúdo trazido. Em relação ao tempo de duração, este não foi delimitado e variou de acordo com cada pessoa. A Tabela 1 apresenta a descrição dos dados sociodemográficos dos participantes/interlocutores da pesquisa.

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos interlocutores da pesquisa

Identificação	Gênero	Raça	Idade	Naturalidade	Escolaridade
Participante 1	Homem	Branco	56 anos	PI – Nordeste	Ensino Fundamental Incompleto
Participante 2	Homem	Negro	57 anos	RJ/DF – Sudeste/Centro-Oeste	Ensino Fundamental Incompleto
Participante 3	Homem	Branco	40 anos	PB- Nordeste	Ensino médio Incompleto
Participante 4	Mulher	Negra	55 anos	MG- Centro-Oeste	Ensino Médio Completo
Participante 5	Mulher	Parda	52 anos	MA –	Ensino Fundamental

				Nordeste	Completo
Participante 6	Mulher	Indígena	50 anos	SP – Sudeste	Ensino Fundamental completo
Participante 7	Homem	Negro	31 anos	PI – Nordeste	Ensino Médio Completo
Participante 8	Homem	Negro	30 anos	DF- Centro- Oeste	Ensino Fundamental Completo
Participante 9	Homem	Branco	46 anos	SP-Sudeste	Ensino Fundamental incompleto
Participante 10	Homem	Negro	42 anos	SC – Sul	Ensino Fundamental incompleto

Nota: Organizado pela autora (2022).

Como ilustrado na tabela 1, entre dez interlocutores, sete são homens e três mulheres.

Nota-se que essa estimativa corrobora com o último censo realizado e citado na introdução que reitera grande maioria das pessoas que vivem em situação de rua como do sexo masculino.

Desse quantitativo, dois se declaram brancos, cinco se declaram negros, uma se declara parda e por fim, uma se declarou indígena. O fator racial também corrobora com os dados encontrados no último censo, que apontou a maioria das pessoas que vivem na rua como negras e pardas, o que confirma as variadas expressões do racismo estrutural contidas no processo de formação econômico-social do nosso país e ancorado na diferenciação de lugar e valor de sujeitos e corpos (Monteiro, 2021).

Tabela 2

Informações declaradas pelos interlocutores da pesquisa

Identificação	Tempo em Brasília	Tempo de vida na rua	Situação atual	Tempo que saiu	Religião
----------------------	------------------------------	---------------------------------	---------------------------	---------------------------	-----------------

Participante 1	40 anos	6 anos	Não vive na rua	6 meses	Não declarou
Participante 2	51 anos	7 anos	Não vive na rua	3 anos	Não possui
Participante 3	34 anos	Episódio esporádico	Não vive na rua	Não declarou	Não possui
Participante 4	2 anos e 6 meses	Episódio esporádico	Não vive na rua	Não declarou	Católica
Participante 5	4 anos	1 ano e 3 meses	Não vive na rua	3 anos	Não declarou
Participante 6	9 anos	2 anos	Não vive na rua	6 meses	Vale do Amanhecer
Participante 7	2 meses	10 anos	Vive na rua	Não aplicável	Não declarou
Participante 8	30 anos	5 anos	Vive na rua	Não aplicável	Não declarou
Participante 9	11 anos	15 anos	Vive na rua	Não aplicável	Evangélico
Participante 10	4 anos	28 anos	Vive na rua	Não aplicável	Não declarou

Nota: Organizado pela autora (2022).

No que tange ao aspecto etário, os participantes possuem entre 30-57 anos. Este intervalo está acima da idade média apontada no censo, o que chama atenção para um envelhecimento das pessoas na condição de rua. Nota-se que somente um participante é natural do Distrito Federal, os demais são advindos de outras regiões: três do Sudeste, quatro do Nordeste, um do Sul e um do Estado de Minas Gerais. Percebe-se que existe um quantitativo significativo de pessoas que vivem processo de rualização advindas de outras regiões, o que se contrapõe ao dado apontado na pesquisa nacional realizada em 2008. Tal fato pode estar associado a condições específicas da

constituição de Brasília, e das associações que a consideram a capital do desenvolvimento socioeconômico, resquícios da sua fundação (Alves, 2005).

Quanto à escolaridade, nota-se que quatro pessoas possuem ensino fundamental incompleto, três cursaram o ensino fundamental completo, duas concluíram o ensino médio e uma ainda está cursando o ensino médio. Não há nenhuma pessoa da amostra que tenha graduação, seja completa, seja em andamento.

A tabela 2 apresenta as características fundamentais para considerações acerca das experiências de vida na rua. Sobre o tempo que estão em Brasília, resultou-se variação de 2 meses a 51 anos. No que se refere ao tempo em que vive ou viveu em situação de rua, período que corresponde desde episódios esporádicos até 28 anos, alguns vivenciaram fases como a infância, adolescência e vida adulta nesse contexto. Em relação a permanência, quatro participantes ainda estão em situação de rua e seis não utilizam mais esse espaço como lugar de moradia, a saída foi feita entre 6 meses e 3 anos. No que diz respeito ao uso de substâncias psicoativas, quatro não fazem uso, sendo que três não estão mais em contexto de rua e um está vivendo na rua. Sobre os que utilizam substâncias psicoativas, o quantitativo se refere a seis pessoas, sendo que destas, três se encontram em situação de rua e duas declaram que já saíram. Esse resultado indica que o uso de substância não é condição imprescindível para viver nesse contexto, e a não utilização não é o único critério para saída.

Um dos interlocutores relatou que faz uso apenas de álcool, o que também se refere a uma droga. Aqui, nota-se uma distinção a partir da hierarquização das substâncias, cujo caráter mais bando é atribuído ao álcool, esta substância, por ser comercialmente legalizada, torna-se dotada de uma diferenciação em relação as outras drogas.

Consequente, a religião foi considerada um espaço existencial importante para a compreensão de possíveis associações, como em que medida seria fator de risco e/ou de proteção, a hipótese e que as construções de discursos ideológicos seriam demarcadas nas narrativas das pessoas que experienciam esse contexto. Entre os participantes, cinco não declaram suas religiões, duas afirmam que não possuem vinculações religiosas, um afirma ser evangélico, uma relata ser católica e outra diz que pertence a religião do Vale do Amanhecer-religião fundada na cidade de Planaltina no Distrito Federal na década de 50, por Neiva Chaves Zelaya (Galinkin, 2008). Apesar de não haver uma vinculação religiosa, existiram associações com repertório que indicaram vivências de fé, ligadas ao sentido de uma vida melhor, sustentação das dificuldades ou aliados a esperança de reconstituição social (Silva, 2014).

A seguir serão brevemente descritas as histórias de cada um dos interlocutores, com o intuito de garantir a singularidade, já que não se trata apenas de homogeneizar a população em situação de rua, pois apesar de existir uma lógica compartilhada, as vivências e desejos também são unos.

Apresentação dos Participantes

Participante 1

Homem, branco, 56 anos, nascido no Piauí, está em Brasília há 40 anos. Foi criado pela avó paterna, com, segundo ele “muito amor e muita pobreza”, é o irmão mais velho entre seis, teve pouca convivência com os irmãos. No final da década de 90, após sofrer um atropelamento por uma bicicleta, ficou internado por sete meses, período no qual realizou três cirurgias na região da cabeça, apresentou sequelas pós-cirúrgicas e vivenciou um processo depressivo e, desde então, recebe aposentadoria. Após a saída do hospital enfrentou dificuldades que, segundo ele, culminaram em sua separação conjugal e, diante desses contextos, passou a usar crack

regularmente. Nesse período foi viver em situação de rua, onde permaneceu por seis anos.

Atualmente possui residência própria, comprou um lote e construiu uma “chacrinha” (sic). Hoje atua como porta-voz da cultura, gosta de cuidar da sua horta, sonha em construir uma mercearia no mesmo espaço de sua residência para garantir a manutenção da sua renda. Mora com o pai e uma das irmãs, a mãe é falecida. Fez questão de dizer que não faz mais uso de crack.

Participante 2

Homem, negro, 57 anos, natural do Rio de Janeiro, veio para Brasília ainda criança e acompanhou o desenvolvimento da Capital. Foi o filho homem mais velho de nove irmãos. Durante toda a infância foi agredido pelo pai, o que, segundo ele, sempre lhe trouxe muita incompreensão e revolta. Auxiliado pela mãe, a rua surgiu como uma alternativa para se proteger (sic). Relata que tentou estudar, mas sofreu assédio da professora, o que o afastou da escola nessa época. Ainda criança, começou a trabalhar como engraxate para conseguir se alimentar e também precisava contribuir para a obtenção dos alimentos em casa. Com o passar dos anos passou a furtar como alternativa mais rentável: objetos, comidas, carros e residências vazias. Relatou que sofria de “apagões” e perda de memória, e que então adulto passou a transitar como andarilho entre cidades e só depois de meses se lembrava de quem era. Casou-se e teve três filhos, sendo a duração do matrimônio um pouco mais de dez anos. Não conviveu com os filhos pois ficou em reclusão, após vários crimes cometidos, por 28 anos (período bem próximo do tempo máximo de reclusão possível no Brasil que na época de sua condenação era de 30 anos, e recentemente passou a ser 40). Segundo ele houve um erro na contagem, o que fez com que permanecesse mais tempo do que a execução previa em regime fechado. Hoje, tenta reestabelecer o vínculo com os filhos e trabalha como porta-voz da cultura. Vive em residência com financiamento popular. Voltou a escola e sonha em escrever sua biografia: “*Escrever um*

livro é uma forma de dizer que eu estou vivo, e que eu tenho conseguido viver novas histórias”.

O projeto encontra-se em andamento, organizado pela pesquisadora.

Participante 3

Homem, branco, 40 anos, nascido no interior da Paraíba, mudou-se para Brasília com a família aos seis anos de idade, após o pai ser ameaçado de morte e ter matado um vizinho da região natal. Não chegou a terminar o ensino médio, pois começou a trabalhar. Atuou desde muito novo na construção civil. Após ficar desempregado, passou por uma situação de extrema vulnerabilidade e vivenciou episódios esporádicos em situação de rua. Contou com a ajuda de projetos sociais e atualmente possui moradia e vínculo formal de trabalho. Sua atual esposa também tem experiência de vida nas ruas, por longos períodos, após rompimento de vínculos familiares.

Participante 4

Mulher, negra, 55 anos, mãe e avó, nascida no interior de Minas Gerais. Criou o filho sem o apoio do genitor, e sua mãe, que a auxiliava, faleceu após separar-se do seu pai. Veio então para Brasília buscar oportunidade de inserção no mercado de trabalho, tinha concluído o ensino médio e realizado um curso técnico em agropecuária. A instituição que a empregava aqui sofreu instabilidade financeira, o que culminou em um processo de demissão em massa. Viveu episódios esporádicos em situação de rua, acionou políticas públicas de abrigamento e hoje é porta-voz da cultura. Sonha em cursar graduação de Letras, possui uma boa rede de apoio na região de Brasília e vende rifas para complementar a renda, que foi prejudicada pelo fechamento dos comércios durante a pandemia do Sars-Cov-2.

Participante 5

Mulher, parda, 52 anos, nascida no Maranhão. Após sofrer agressões no primeiro casamento decidiu deixar seus dois filhos com o irmão e veio para Brasília após o falecimento da

mãe. Relata que sofreu violência sexual do irmão mais velho, o mesmo que terminou de criar seus filhos (sic). Não teve contato com o pai, que faleceu quando era criança. Relatou que veio para Brasília após ouvir que era uma cidade grande, com emprego e oportunidades. Ao chegar, viveu anos em situação de rua, começou a ingerir bebida alcoólica para conseguir lidar com o frio e a fome, mas nunca fez uso de “drogas” pois tinha medo (sic). Apesar de não ter encontrado esse cenário acolhedor, conseguiu estudar, terminou o ensino médio e faz curso técnico em radiologia. Saiu da situação de rua e hoje está noiva de uma pessoa que também viveu em situação de rua. Realiza acompanhamento psicológico e psiquiátrico, faz uso de medicação e trabalha como porta-voz da cultura. Refere que o trabalho e a rede de apoio são elementos essenciais da sua história.

Participante 6

Mulher, indígena, 50 anos, nascida em São Paulo, a mais nova de três filhos. Tem um histórico de sucessivas perdas: o pai foi a óbito ainda quando era criança, veio com o então marido para Brasília e após dois meses ele faleceu. Sua mãe, que se mudou para Brasília para ajudá-la a criar a filha, diagnosticada com leucemia. Veio também a irmã, diagnosticada com epilepsia além de outros problemas saúde. Pouco tempo depois da vinda, sua mãe faleceu decorrente de um atropelamento por caminhão. Ainda, realizou o velório de sua irmã, que foi encontrada já sem vida em casa, e, um dia, ao chegar do trabalho, se deparou com o corpo da filha, que não resistiu as complicações da doença. Relata que ficou sem condições financeiras de pagar aluguel e também sem emocional para lidar com os lutos. Conta que o trabalho como porta-voz da cultura a ajudou a se reestabelecer, e ressalta o apoio da religião e dos abrigos públicos. Sonha em construir seu restaurante, se casar com o noivo, ter um carro e uma família.

Participante 7

Homem, negro, 31 anos, nascido no Piauí. Atualmente está nas ruas de Brasília após viver um longo período na mesma condição na cidade de São Paulo. Saiu de casa devido a uma ruptura das relações familiares, e, em decorrência de instabilidade financeira e emocional, atualmente vive nas ruas. Relatou sobre a experiência de vida na crackolândia e no universo do tráfico de drogas. Apontou dificuldade de lidar com a solidão e a tristeza, que diz ser mais difícil que a subsistência nesse contexto. Contou que atualmente se encontra sem fazer uso de qualquer substância psicoativa e busca meios de resgatar sua dignidade social (sic).

Participante 8

Homem, negro, 30 anos, nascido no Distrito Federal, vive em situação de rua após histórico de envolvimento com gangues e tráfico de drogas, passou um período de reclusão em um dos presídios da cidade e, após sua saída, diante de várias ameaças e do rompimento com a família de origem e a até então esposa, decidiu ir para as ruas de Brasília. Reafirma sua liberdade constantemente, afirmando que a rua é um desafio bom e que vivencia um espaço sem cobranças.

Participante 9

Homem, branco, 46 anos, nascido em São Paulo, é o mais velho entre seus irmãos homens. Viveu sua infância na igreja com a família. Aos sete anos seu pai veio a óbito, o mesmo era garí e foi atropelado pelo caminhão de lixo enquanto trabalhava. Esse fato foi o marcador de sua história. A partir de então começou a trabalhar como ajudante de pedreiro e pintor para auxiliar a mãe. Casou-se, teve filhos e constituiu sua casa na mesma rua em que sua mãe morava. Vinte anos depois sua mãe também faleceu. O mesmo relata que após tal tristeza não conseguiu mais estar dentro de uma casa. Viveu pelas ruas transitando em vários Estados. Para ele, residir significava encontrar a ausência do pai e da mãe, ambas irreparáveis. Encontra-se em situação de

rua em Brasília há 11 anos, possui renda regular equivalente a três salários-mínimos, investe em sua higiene pessoal e em itens como vestimenta, sapato e guarda seus pertences com comerciantes que estabeleceu vínculos de confiança. Não possui contato com sua família. Trabalha como porta-voz da cultura e faz uso regular de crack.

Participante 10

Homem, negro, 42 anos, nascido em Blumenau-SC. Não conheceu o pai e sua mãe era profissional do sexo. Constantemente o deixava sozinho em casa para trabalhar ou ofertava vários tipos de drogas para o mesmo se distrair (sic). Relata que sofreu um abuso sexual no caminho da escola, praticado por um homem. Segundo ele, essa violência o traumatizou por toda a sua vida, impedindo que conseguisse ter relações, incluindo as sexuais, com outras mulheres. Viveu 28 anos em situação de rua e possuía vários comprometimentos de saúde decorrentes do percurso de vulnerabilidade desde a infância. Fazia uso de etanol, como denominava "álcool de posto" e depois de alguns danos, passou a substituí-lo pelo crack. Faleceu em agosto de 2020, após uma queda da própria altura em que sofreu fraturas na região da cabeça. Foi socorrido e hospitalizado, mas não resistiu. As irmãs vieram para o enterro que aconteceu na cidade de Brasília, local onde esteve nos seus últimos cinco anos de vida.

Procedimentos de Análise

Visando acessar o conjunto de interações e representações das realidades sociais, articulam-se três metodologias qualitativas e quali-quantitativas focadas na análise dos processos discursivos. A primeira é a análise da conversa, relativa as práticas comunicativas no contexto situado, a segunda refere-se a análise do conteúdo a respeito da organização morfossintática do material textual e, por fim, a Análise Crítica do Discurso (ACD) a respeito da produção de

significados implícitos. Através da ACD serão acessados os repertórios discursivos a partir de uma perspectiva integrada entre estruturas, funções e contexto.

Os limites da linguagem e os processos semânticos têm a propriedade de situar os procedimentos simbólicos dentro de coordenadas precisas de significados, assim como o exposto por Durkheim (1994), de que os fatos sociais resultam dos sentidos coletivamente partilhados e assim se institucionalizam como práticas, segundo processos seculares de negociação de significados.

Partindo deste pressuposto, a linguagem pode ser considerada um (meta)artefato, capaz de objetivar a realidade através de um conjunto de regras gramático-lexicais, as quais, semelhantemente as leis matemáticas, podem ser medidas a respeito do próprio significado explícito. Como, de fato, afirma Wittgenstein (1922), a linguagem define os limites do conhecimento a respeito de si e do mundo. Esta, conseqüentemente, “constrói campos semânticos que são linguisticamente circunscritos” (Berger & Luckmann, 1966, p.41).

O método utilizado mostrou-se capaz de responder as dimensões simbólicas pretendidas, dado o seu potencial de manejo dos elementos complexos e dinâmicos que constituem os fenômenos sociais. Tratou-se, portanto, da triangulação de metodológicas, qualitativas, quali-quantitativas e interpretativas.

A análise demandou a transcrição literal das entrevistas que descrevem as experiências dos interlocutores. A fim de realizar os diferentes procedimentos analíticos delineados na compreensão dialética e crítica dos processos discursivos observados nas entrevistas, foram utilizadas ferramentas informáticas de análise lexicométrica e lexicográficas. Tais recursos foram adequados ao número da amostra, pois, conforme Camargo (2005), no primeiro nível exige-se um mínimo de vinte mil ocorrências para que sejam geradas as análises lexicométricas.

Trabalhamos com um mínimo de cinquenta mil ocorrências, haja vista que se tratou de narrativas de vida em profundidade. Tais programas informáticos foram divididos, quanto aos objetivos, em duas categorias.

Transana

Instrumento de nível semântico e semiótico utilizado para agilizar a transcrição das entrevistas e garantir a sincronização do arquivo de áudio com o texto transcrito, a partir da onda audiométrica que permitiu a análise da conversa. O programa foi capaz de organizar segmentos do texto conforme as categorias de significados definidas a priori -método ex-ante-. Essas categorias são qualitativas e referem-se à agrupamentos de conteúdos semânticos advindos dos focos conceituais da pesquisa, são constituídas através da associação de porções de texto presentes nas diferentes áreas temáticas enfrentadas nas entrevistas à categorias interpretativas, as denominadas palavras chave.

Tal organização permitiu a criação de histogramas a partir da frequência e distribuição das palavras-chave ao longo do texto. Esta ferramenta é particularmente adequada para gerenciar uma grande quantidade de dados textuais, mas não possui função de análise estatística. Por isso foi adotada para descrever a complexidade processual da produção textual. Ademais, permitiu importar as fontes de áudio das gravações em formato Mp4 diretamente na interface, garantindo uma sincronização constante entre transcrição, onda audiométrica e o arquivo Mp4.

Iramuteq

Instrumento de nível lexico-sintático, foi utilizado para as seguintes realizações: Análise Hierárquica Descendente (AHD) das classes lexicais estáveis, análise das correspondências (AC) distribuídas em plano cartesiano, análise fatorial simplificada -sem ponderação das

ocorrências/nuvens de palavras- e medir a proximidade e distância das classes lexicais em termos de similitude.

Todos estes níveis de análise encontram-se subjacentes a um cálculo das frequências absolutas e relativas das ocorrências, de formas reduzidas. Estes procedimentos analíticos visaram identificar categorias de significado, permitindo assim evidenciar associações estatisticamente significativas a respeito das estruturas sintáticas e semânticas da linguagem. Trabalhou-se com as unidades morfossintáticas do texto e com as relações entre os segmentos lexicais, pois as funções linguísticas produzem as estratégias necessárias para poder comunicar as representações diante de si, do mundo e do outro generalizado. Essas representações são categorizadas semanticamente e geram repertórios narrativos que podem ser apreendidos no nível quantitativo pela organização explícita e no qualitativo, de matriz implícita, a partir do *Transana*.

Terceira Parte

Resultados

Impacto Histórico-Cultural

“Quem vive na rua conhece, na prática quando a pessoa em situação de rua procura, bate de frente com o muro. É uma marca, eu acho que não para.”

(Participante 9)

A história de quem vive e o viver na rua em si não constitui simplesmente uma descrição objetiva de eventos de vida. É um relato dotado de uma afetividade particular, justamente porque é a partir dele que o indivíduo se conta e se reafirma como sujeito dentro do seu contexto.

O tom de desconfiança, as pausas emocionadas, a possibilidade de transpor o discurso internalizado de autorreferência, e muitas vezes, de intersecção com as representações estigmatizantes atribuídas à essas pessoas, dividem lugar com a escuta dialógica e o interesse pelos sentidos que estes sujeitos atribuem às suas vidas. Para além das construções teóricas, existe a história dimensionada que só quem experimentou corporalmente, socialmente e psiquicamente tal condição consegue relatar.

Apesar de não ter existido um roteiro semiestruturado, notou-se após as análises das narrativas dos sujeitos que ambas convergiram em três eixos principais: 1) A ida para a situação de rua e os elementos que antecederam tal ocorrência, 2) A experiência de vida no contexto da rua e 3) A saída ou a permanência nesse espaço urbano e simbólico. Tais categorias serão apresentadas nos eixos a seguir.

Cabe destacar que os trechos advindos das narrativas dos participantes serão apresentados sem correção da norma linguística, buscando manter a fidedignidade dos padrões discursivos de cada sujeito.

Foram denominados impacto histórico-cultural os eixos que contextualizaram o fundo das falas dos interlocutores, e que situam as coordenadas do Brasil, de Brasília e das ideologias contidas em suas narrativas. Tal tríade aparece transversalmente às descrições apresentadas e foram destacadas para ilustrar as retóricas argumentativas que fazem conexão entre as variáveis sociais e contextuais. O discurso será aqui compreendido como uma estrutura indissociável da cultura (Frawley, 1993).

Dessa forma as vivências subjetivas submetem-se a uma ordem social e simbólica e, portanto, se associam a categorias de significados e realidades que são negociados e (co)construídos entre os interlocutores. Ao analisar criticamente as construções, entende-se que os enredos não podem ser compreendidos a partir de correlações lineares e isomórficas, de tipo causa-efeito, mas como repertórios significados por uma estrutura social. Assim, as representações intra-, inter- e extra-subjetivas são reificadas pelas interações partilhadas (Berger & Luckmann, 1966).

A partir da matriz epistemológica de corte interseccional, buscou-se compreender os aspectos subjetivos e sociais formadores de tal realidade. A vertente utilizada trata-se de uma perspectiva que abrange abordagens da Psicologia Social Crítica, da Sociologia construcionista e das Ciências Sociais pós estruturalistas, que perpassam a historicidade com a intenção de pensar os *modi vivendi*, em contraste à perspectiva de corte mais cognitivista, com produções empíricas padronizadas que assumem versões conceituais que visam o encontro de processos básicos universais.

A nível de conteúdo, destaca-se a construção lexical da linguagem adotada no trecho 7.

Trecho 7: Era uma defesa que ele arrumava, porque a pessoa suja daquele jeito ele fala assim: ah, esse aí não tem nada não. Nós se defendida dessa forma da polícia. A polícia de hoje, a de ontem, a de amanhã, o que vai ser do futuro depois, todas pessoas que você colocar lá ela vai ser abusadora, porque nós temos a experiência aí. (Participante 2)

O interlocutor utiliza o adjetivo “suja” para se referir a representação subjetiva de “pessoa”, associando ainda ao substantivo “polícia” na segunda frase, criando um quiasma retórico entre duas representações sociais dicotômicas: a transgressão versus a norma. De fato, a raiz etimológica da palavra polícia se origina da palavra grega *politeia*, cujo significado é cidadão, ou seja, quem goza de direitos e reconhecimento social, privilégio que evidentemente não pertence a pessoa que vive na rua.

Ademais o entrevistado cria uma sequência temporal de generalização histórico-cultural do próprio posicionamento em relação as forças policiais, considerando-as como uma constante existencial que se relaciona tanto com sua vivência subjetiva quanto com as representações de quem está na rua. Tal conceito das PSR por parte da polícia é discursivamente associado ao conceito de abuso, expressado através da ligação retórica entre o substantivo “ser” entendido como sujeito e o adjetivo “abusadora” em relação ao comportamento do outro, ou seja, da polícia.

Adiante, o trecho 8 contém a comparação entre o contexto do sistema prisional e o cenário da rua.

Trecho 8: Na prisão a gente era torturado e até hoje nós é torturado. Mas na rua a gente tem a defesa, a gente pode correr atrás de um pedaço de pau, pode correr atrás de um pedaço de

ferro. Se vem um policial nós pode correr dele. Mas dentro da cadeia como é que tu corre dele? (Participante 2)

Aqui, o interlocutor faz referência a transgressão da norma pela analogia à experiência na prisão. A representação de abuso é aqui reforçada pela ação de tortura e xingamento, contidos na primeira frase. O interlocutor associa a cadeia a uma experiência não apenas traumática, como também pouco construtiva. Tal aspecto foi aprofundado por Foucault (1987) no tratado sociológico “Vigiar e Punir”, no qual o aprisionamento é compreendido como uma forma de punição que se distancia da reinserção social. A representação pejorativa emerge lexicalmente da associação do advérbio “infelizmente”, dimensionado na fala com o substantivo coloquial “cadeia”, esta última fez-se associada a um contexto menos negativo. Ambos os entrevistados atribuíram maior sofrimento a condição de ser preso do que a de viver na rua, situação existencial em si já extremamente delicada, todavia, conotada de um certo grau de agenciamento: “mas na rua a gente tem defesa”. A conjunção, “mas” de fato, como enfatizado por Van Dijk (1993) é utilizado como uma expressão dêitica a fim de contrapor dos eventos discursivos antinômicos.

Trecho 9: A cadeia, infelizmente é pior que a rua, os agentes te xingam e você não pode fazer nada, você está de um lado preso dentro das grades e ele tá de fora, então ele pode tudo e você não pode nada. (Participante 8)

Trecho 10: Porque a pessoa, mulher, mulher de rua é muito assediada, os homens não respeitam por ver que é uma mulher de rua eles acham que é só chegar e não importa se ela aceitou ficar com ele ou não. Que se tem relacionamento fixo, é que são dois de rua. Mas não tem aquele negócio de um morar aqui e outro morar lá longe e ter carinho, ter diálogo,

ter conversa, geralmente é aquele, acontece o ato lá e cada um segue seu rumo.

(Participante 3)

Nesse discurso a redundância palavra mulher, repetida três vezes na primeira frase, está retoricamente associada a representação subjetiva de “pessoa”, contraposta a de homem, demonstra como também em outras dimensões sociais (Butler 2003; Scott, 1995), ser mulher representa um desafio e obstáculo. Os homens, nesse recorte, não apresentaram a preocupação em relação a própria identidade de gênero na vivência de rua. De fato, em concordância com Butler (ibidem), não apenas só a polícia, mas também os outros moradores de rua do gênero masculino resultam em uma presença abusadora, como evidenciado pelo adjetivo “assediada”.

Curiosamente o interlocutor deste trecho não é uma mulher, mas um homem que narra sua experiência de convivência com uma pessoa que viveu em situação de rua. Ademais, emerge uma contraposição acerca da relação afetiva entre homem e mulher e o abuso sexual da segunda por parte do primeiro. Neste caso, a análise do conteúdo não é suficiente para compreender esta fala, sendo que só considerando o contexto semântico e semiótico da língua portuguesa, assim como usada no Brasil, o substantivo “ato” contém implicitamente o conceito de ato de abuso sexual.

Este dado não pôde ser entendido através de uma análise sociocognitiva do discurso, conforme abordagem da ACD postulada por Van Dijk (1993), mas, como de fato foi duramente criticado pela abordagem sociocultural da ACD, postulada por Norman Fairclough (Frawley, 1993).

Outro elemento observado é a representação da cidade de Brasília, que se faz presente em diferentes trechos discursivos de distintos participantes e cabe ser pensada com destaque, já que o fato de ser uma cidade idealizada, com seus espaços e ocupações urbanos programados, evidencia a dupla transgressão da norma, que recai sobre a PSR nos centros urbanos. A simetria ortodoxa

das curvas arquitetônicas, e a delimitação de setores por eixos, calçadas de pedestres se perdem em meio as barracas, colchões e a ocupação desordenada realizada pela população que vive nas ruas (Alves, 2005).

No trecho 11 nota-se que a cidade de “Brasília” é conotada como um novo lugar, associado à construção de melhores condições e possibilidades de subsistência, assim como em sua fundação, há quase 62 anos atrás. Se repete o incentivo à *marcha para o oeste* com as promessas de desenvolvimento econômico e social, indicadas pelos adjetivos: “grande”, “importante”, “dinheiro” e “trabalho”. O que auxilia na compreensão do motivo da cidade ainda ser um cenário atrativo por moradores de outros Estados, que buscam condições melhores e dignas de sobrevivência.

Trecho 11: Você está indo pra onde, estou indo para um lugar chamado Brasília que eu não conheço, Brasília, lá é importante, lá é grande e você pode ganhar seu dinheiro de boa, você gosta de trabalhar, você vai arrumar serviço rápido. (Participante 9)

O trecho 12 também se refere ao movimento migratório, onde o interlocutor caracteriza Brasília como a “capital do dinheiro”, e depois a ligação do termo o “melhor lugar” com os vocábulos “ajuda” e “dinheiro”. Chama a atenção para a representação disseminada sobre a cidade que emerge neste estudo. Nota-se que esse discurso ajuda a entender por que ao contrário das demais Capitais, aqui a maioria das pessoas em situação rua são, como afirmado pelo participante, são advindas de outros locais do Brasil.

O interlocutor, que é o único participante natural da região, traz ainda outra dimensão: o impacto da transição de governo na vivência das ruas, incluindo a perspectiva de Brasília se tornar um lugar inviável, o que é justificada pela menção redundante de “poder” associada a conduta “militar” que ressurge como representação de repressão e legitimidade para a agressão.

Esses recortes retratam a composição dos efeitos da proximidade da Capital com as estruturas que efetivam a dimensão do poder no atual regime político do Brasil: a República.

Trecho 12: Os que tem aqui mesmo de Brasília são poucos a maioria é de fora, são de outros Estados. Eles falam que Brasília é a capital do dinheiro, chegam aqui e manguem, ajuda, dinheiro essas coisas, então para maioria do pessoal de fora até os daqui mesmo aqui é o melhor lugar para se conseguir, só que agora com Bolsonaro no poder não sei como é que vai ficar, ele falou que ia dar porte de arma para todo mundo e ele é militar, todos os militar votou nele então já deu poder e autoridade entendeu. Então eu acho que os morador de rua vai diminuir os que não são daqui acho que vão procurar seus estados, vão embora.

(Participante 8)

Por fim, o trecho 13 contrapõe as demais referências sobre Brasília, adjetivada a partir dos termos “vergonha” e “desenvolvimento”, ambos citados mais de uma vez, o que denota implicitamente que o interlocutor se decepcionou com o cenário que encontrou na capital, alegando que pouco conhecem sobre as reais necessidades de quem vive na rua, que não se trata de dormir ou comer, mas de uma dimensão de “desenvolvimento” e “tratamento” o que denota uma perspectiva macro, relacionada a trabalho, saúde, meio de transporte e acesso a direitos básicos, que não são assegurados tampouco na “capital do país”.

Trecho 13: A capital do país é uma vergonha, em questão de desenvolvimento para pessoas em situação de rua, é uma vergonha, eu não vou para albergue para comer e dormir isso eu já faço na rua, comer e dormir eu já faço na rua, se for para ir para albergue para desenvolver, fazer um curso profissionalizante, meio de transporte, pessoas que acompanhem seu tratamento e desenvolvimento. (Participante 7)

Neste trecho a representação que o interlocutor traz sobre os “albergues” -locais de abrigo destinados a essa população- são conotados de acepções pouco construtivas, sendo preferível o contexto da rua. Essa relação pode ser associada ao texto *Manicômios, Prisões e Conventos* de Goffman (1987), nele, o autor cria uma sobreposição entre essas organizações que se estruturam como instituições totais e outros contextos da vida cotidiana, como por exemplo os quartéis militares, os internatos, entre outros. Emerge desse trecho, uma comparação parecida entre um lugar desumanizante e os abrigos de acolhimento. Tal posicionamento discursivo representa um fio condutor que atravessa de modo transversal as narrativas produzidas pelos participantes. Por fim, no trecho 8 o interlocutor evidenciou que, contrariando os pressupostos iniciais e relatados por outras publicações (Mattos, 2004; Barboza et al., 2019) a rua não representa unicamente um dos contextos mais dramáticos que uma pessoa pode viver, a prisão e os abrigos também estão entre os cenários adversos. Este dado corrobora com o observado em pesquisas anteriores com demandantes de instituições de saúde mental e pessoas detidas (Hochdorn, et.al., 2018).

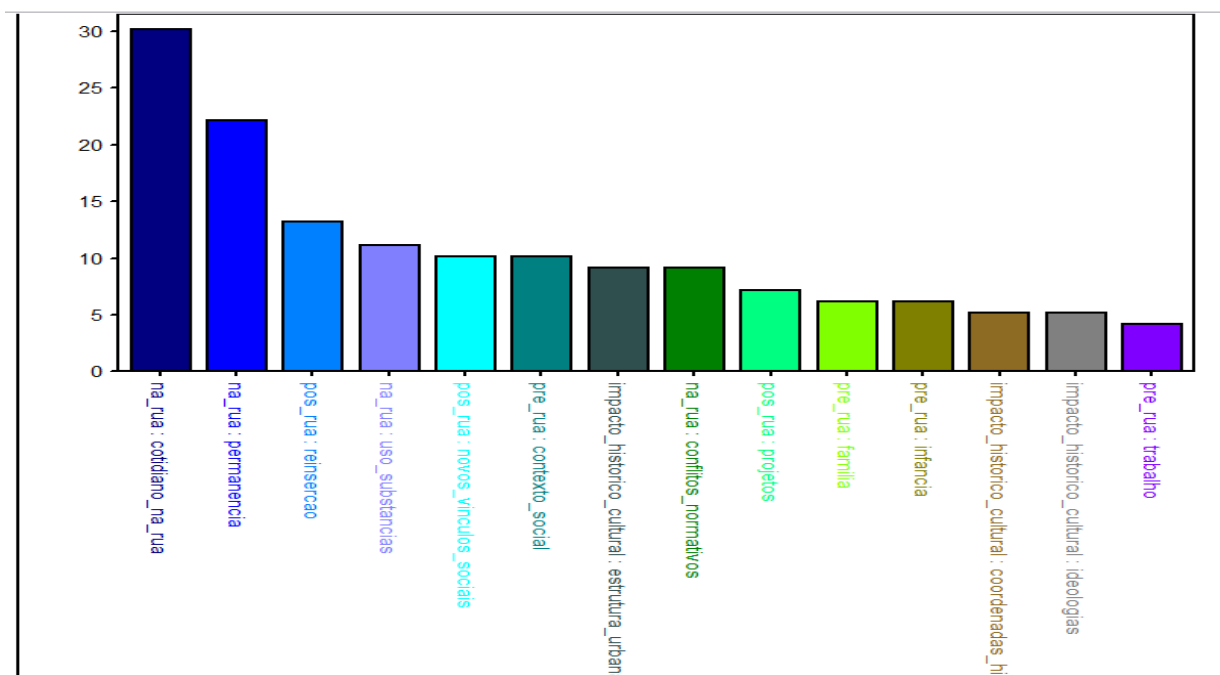
O Pré-rua

*“Ninguém vai pra rua porque quer, mas têm a
escolha de permanecer”
(Participante 8)*

Pré-rua foi o termo utilizado para definir os conteúdos verbalizados que se referiram a vida dos interlocutores anterior ao período em situação de rua. Percebe-se que tal período é narrado para contextualizar as sucessões de acontecimentos que permearam a vida das pessoas entrevistadas, porém, nota-se que existe uma mobilização de emoções ao lidar com tais lembranças, fato que pode ajudar a entender por que os interlocutores verbalizaram poucos elementos que resgatem ocorrências do passado, o que pode ser visto na figura 4.

Figura 4

Frequência de narrativas vinculadas aos eixos temáticos e palavras-chave – Gráfico do Programa Informático Transana



Nota: Transana Basic 4.0 (2021)

Comumente esses conteúdos apareceram no início dos seus enredos, associando-se às lembranças das famílias, infâncias, relações afetivas, cidades natais e aos costumes cotidianos. Evidenciou-se os significados contidos não só nos conteúdos, mas também na forma singular de expressão verbal e emocional.

Foram descritas nesta etapa as composições familiares a partir do próprio lugar na topografia familiar, como ser mais velho, mais novo, homem ou mulher alterava a dinâmica das funções exigidas dentro do núcleo. Referenciavam suas responsabilidades como mais velhos: conseguir comida, cuidar dos demais, paternar ou maternar os mais novos. A esses últimos, era demandado seguir o que havia sido constituído antes de sua existência: atuação profissional e religião advinda dos padrões transgeracionais.

A instabilidade é um fenômeno presente nessa parte das narrativas, em que os vínculos são rompidos e retomados em diferentes momentos nas histórias de vida. A dimensão da temporalidade também é marcada por uma ausência de contorno.

Trecho 14: Eu apanhava, ficava três meses na rua, e três meses eu voltava pra casa com o choro da minha mãe, meu pai ia e me procurava e quando ele me encontrava ele falava: “ó meu filho, eu nunca mais vou te bater, não vou te maltratar, você não vai mais pra rua, porque não vai ser preciso” e isso passava uns dias e ele via que eu era o filho mais velho, né? Que naquele tempo, o costume era dos filhos mais velho cuidar dos mais novo, né?
(Participante 2)

Alguns interlocutores vivenciaram ainda na infância a ida para a rua, nesses casos nota-se a influência das relações com o núcleo familiar nesse processo. A ausência de lugar seguro fez

com que a rua aparecesse como um destino para sair de um contexto de maus tratos e violências sistêmicas.

As figuras do pai e da mãe também se associam a episódios de rompimento, são citados em alguns casos de forma indireta e protagonizam desvinculações e conflitos.

Trecho 15: Eu não tive esse raciocínio, esse sentimento de sentir o que é rua e o que é casa. Porque tanto em casa como na rua era uma patada, achava que aquilo ali era normal, fia. Até na escola era normal, por que chegava na escola e apanha e aí? Então não tinha como a gente raciocinar numa coisa que a gente via abuso a todo instante, todo momento, a gente acha que aquilo é normal, mas não é. (Participante 2)

O trecho 15 evidencia a ausência de referências sobre elementos que poderiam diferenciar o contexto de casa e o da rua, pois ambos os espaços se apresentaram como um lugar de “abuso”. A escola também foi caracterizada como um ambiente violento, o termo “até”, que antecede o vocábulo “escola”, denota que todas as instâncias de convivência infantil foram permeadas de agressões, o que compõe a naturalização apontada no fim do trecho, “a gente acha que aquilo é normal, mas não é”, a mesma foi explicitamente percebida pelo interlocutor. Sendo assim, a casa e o contexto familiar de origem foram muitas vezes vivenciados como ambientes hostis que justificaram a afiliação com a esfera existencial da rua enquanto lugar de subsistência e sobrevivência. Tal dado emergirá mais explicitamente na categoria dedicada a experiência na rua, localizada posteriormente nesta dissertação.

Há ainda quem tenha sido criado pelos avós ou quem anulou qualquer dimensão de vínculo. Além da família de origem, os filhos e cônjuges se fizeram presentes nos discursos, como a família que conseguiram constituir. Nesse recorte, também são incluídos no lugar de suporte e afeto.

Trecho 16: Olha, eu fui criado pela minha avó, entendeu? Muito amor, mas muita pobreza também. Os outros foi pela minha avó, uma irmã foi com a minha mãe, que ela trouxe pra Brasília e os outros foi com minha avó por parte de mãe. E eu com minha avó por parte de pai. (Participante 1)

Nota-se no trecho 16 a divisão das famílias, relacionada a uma necessidade socioeconômica, bem como uma ambivalência ao resgatar a infância, que se contrasta com o imaginário de pureza e doçura idealmente designado a essa fase. Nesse recorte, especificamente, os familiares também estão incluídos nos lugares de suporte e afeto. Porém os formatos relatados dessa etapa incluem extrema pobreza e violência, nem todos os interlocutores conseguiram estudar ou realizar atividades lúdicas.

Trecho 17: É a coisa mais triste que existe pra um ser humano, pior que tem. Que a coisa pior que tem, fia, é você ter fome e não ter o que comer. Você tem sede e não ter o que beber. Você tem vontade de dormir e não tem o que acomodar pra dormir. Essas é a coisa mais triste. E além disso a gente tem a covardia do próprio companheiro contra nós pessoa e da própria autoridade que era pra dar segurança pra gente e dá insegurança pra nós. E quando ele pega pessoa de situação de rua ele taxa logo: é malandro, é vagabundo.

(Participante 2)

O trecho 17 ressalta as dificuldades encontradas nas experiências do participante 2. Visualiza-se o contraste com o trecho anterior, do mesmo interlocutor, que sendo a rua o pior lugar possível, era ainda a alternativa para sair de casa e não ser agredido pelo pai. A utilização do termo “ser humano”, denota a incompatibilidade atribuída, levando em conta a condição de privação, e reafirma que, apesar de toda ausência apontada, se trata de pessoas. Na parte final do mesmo trecho, os termos “segurança” e “insegurança” propõem uma importante reflexão sobre a

atuação policial, afinal, quem são as pessoas que se sentem protegidas com a presença da polícia? Para o interlocutor, os policiais são autorizados para promoverem repressões fundamentadas na destituição do caráter humano de quem vive nas ruas e na atribuição de um estigma social de “malandro” e “vagabundo”, ou seja, pessoas que no imaginário social não possuem valor. Tal premissa indica que as intervenções com essa população ainda se dão no âmbito da (in) segurança pública e não de políticas de garantia e acesso à direitos sociais. Em sintonia com outras publicações centradas na vulnerabilidade e nos processos de exclusão de pessoas socialmente marginalizadas, lembra-se da fala de um detido entrevistado numa pesquisa realizada em uma penitenciária localizada no DF. A seguinte fala foi relatada por uma pessoa trans e negra: “O pobre tem que lutar, o mendigo, a bixa, o negro, o injustiçado tem que lutar por alguma coisa, então eu tenho que lutar pelo que eu sou.” (Hochdorn; Faleiros, 2017, p.134).

O contexto social que antecede a vivência de rua e que se relaciona com as idas para este local é marcado pela quebra de vínculos familiares, empregatícios, afetivos, vez ou outra de maneira simultânea, conforme contatado nas entrevistas. Entretanto a associação não é fatalista, mas apresentada pelos interlocutores como uma possibilidade diante das ausências, ou seja, não é o fim em si mesmo, mas uma alternativa para mediar alguma construção.

Outro elemento que surge nessa esfera é o trabalho, que aparece em diversas perspectivas, como tarefa e meio de garantir a subsistência familiar e a manutenção no cotidiano da rua. Aparece ainda quando retratam a forma como aprenderam seus ofícios, em outros, surge como ausência e compondo o caminho que instituiu a vulnerabilidade e a ponte para a situação de rua, há a referência do mesmo como resgate de uma dimensão de funcionalidade que é extinguida socialmente de quem vive em condição de rua, e, por fim, é apontado como recurso

importante para a saída da condição de rua, um elemento constituinte da dignidade a partir da atribuição de uma função e pertencimento social, ilustrado no pós-rua.

Trecho 18: De repente, eu fiquei deficiente, enquanto eu era um homem novo, eu era trabalhador, era de casa, de serviço, entendeu? E levei uma vida normal, entendeu? E depois que eu fiquei deficiente aí caí na drogadição, aí caí numa depressão e aí fui achar o recurso no crack, aí fui só me afundando cada vez mais. (Participante 1)

O interlocutor menciona um paralelo de quem era, fazendo menção a aspectos que constituíam sua percepção de si antes da ida para a rua, composta pelas proposições “uma vida normal” e “ser trabalhador” e após vivenciar um acidente, fato que fragilizou a sua saúde física e psíquica, ele traz os vocábulos com “deficiente”, “depressão” “crack” como forma de demarcar seu percurso de ida para a situação de rua. Nota-se que a transitoriedade dos enredos pré-rua e na rua é marcada por eventos de intensa carga negativa.

Na rua

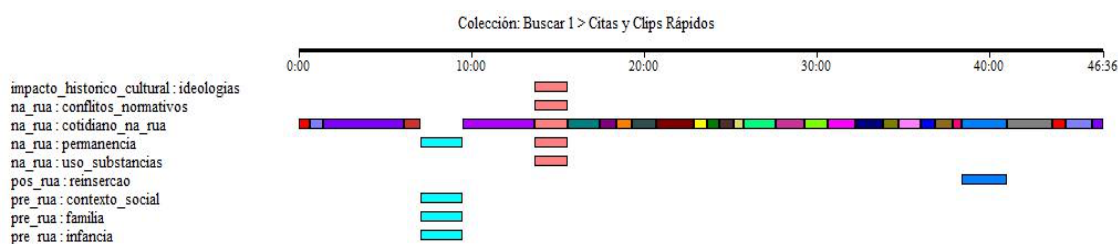
“tem gente que acha que a rua não tem regra, ele está mentindo para si mesmo, na rua tem regra sim, e a primeira regra é o respeito.”

(Participante 9)

Os conteúdos retratam a experiência de vida no contexto da rua, nota-se que são os discursos com maior prevalência associativa, o que pode significar uma marcação da temporalidade voltada para a vivência imediata, ou ainda ser particularmente presente na realidade dos interlocutores que ainda se encontram nessa condição, como é ilustrado na figura 5.

Figura 5

Frequência de narrativas por interlocutor em relação ao eixo temático e as palavras-chave.



Nota: Transana Basic 4.0 (2021)

A abordagem do cotidiano na rua possibilita associações sobre a relação pessoa-rua. Os temas se apresentam mutuamente a partir de premissas individuais e coletivas. Nessa perspectiva fica evidente que a rua é um espaço simbólico, ela é um organismo vivo, para além de um espaço físico.

Trecho 19: Pessoas que esteve, estiveram em rua, eles saíram das ruas, mas as ruas não saíram deles. Eles carregam traços das ruas. Limpeza, tem gente lá que não cuida da casa, não tá preocupado em limpar a casa. Tem gente, o vocabulário, não respeita o horário do outro. Porque quem tá na rua não tem esse tipo de coisa. Então ela também carrega alguns traços das ruas. (Participante 3)

Evidencia-se um sistema compartilhado dotado de códigos coletivos que intencionalmente é articulado na tentativa de não terem em comum os mesmos marcadores de normas característicos das convenções sociais. Os códigos coletivos, mencionados como “traços das ruas”, pressupõem no trecho 19 uma relação com a limpeza pela afirmativa de que a ausência de higiene, para além das dificuldades de manter uma rotina de autocuidado, é utilizada como elemento protetivo, repelindo aproximações indesejadas.

Essa categoria trouxe elementos narrativos como a constituição de regras de convivência no contexto da rua, que se aplica a proteção de pertences, ocupação de espaços, dívidas, situação de ameaças e violência. Goffman (1985) em sua representação do eu na vida cotidiana, reflete sobre a representação de si em algumas rotinas cotidianas, nesse caso, os vários aspectos relacionados a vivência na rua, que definem a construção de uma identidade situada do *hic et nunc*. Portanto, a visão paradigmática de traços de personalidade pré-constituídos foi superada pela abertura para uma construção identitária fluida e negociada entre si mesma, o outro e o contexto.

A subsistência na rua acontece majoritariamente a partir do processo de filiação, ou seja, mediada pelo pedido por comida, dinheiro ou como nomeiam: o processo de “manguear”, do trabalho informal como formas de garantias e do acesso à dispositivos socioassistenciais.

Trecho 20: Se manter é uma coisa... que as vezes é fácil conseguir. Eu falo não é só em doações, isso e aquilo não, porque se você junta latinha, porque eu já catei latinha que eu tirava em torno de 50/60 reais por dia, entendeu? mas a questão do estar bem mano, do psicológico é cabuloso. Quando você não está bem psicologicamente você não faz nada, não entendeu? (Participante 7)

No trecho 20 há uma diferenciação entre a sobrevivência e o bem-estar. A primeira, é relacionada ao acesso a condições básicas que “é fácil de conseguir” mesmo no contexto da rua. Já a segunda é associada ao bem-estar psicológico e a mediação das questões da história de vida e manutenção na rua, compreendidas como desafiadoras e que quando não acontecem, podem paralisar os sujeitos.

Também é visível a diferença de viver na rua em diversas localidades, nela, existe uma preocupação com a segurança, o que contrasta com o fato das pessoas em situação de rua serem associadas como uma ameaça à segurança social, carregando estereótipos marginalizantes. Os trechos 21 e 22 retratam a insegurança pela ótica inversa. O contexto de rua é um cenário de conflitos normativos, como a violência do Estado que aparece ilustrada pela intervenção dos policiais, pelas ações higienistas de comerciantes e pela deslegitimação de direitos dessa população.

Trecho 21: Eu dormia debaixo da marquise de prédio, terminal do Paranoá eu já dormi, mas com medo de alguém me roubar, me estuprar. Até que eu vim aqui pro Plano, daí eu conheci também uma outra conhecida minha que dormia na rua, nós ficamos na rua.
(Participante 6)

Trecho 22: Eu tinha aquele medo de alguém fazer mal, me violentar, já tinha passado por isso quando era criança, tinha aquele medo. Mas o Sudoeste aqui é um lugar bom de

dormir, aqui é um abrigo bom porque aqui ninguém mexe nesse lugar. Dormia atrás dos banco tudo, e lá eu dormia debaixo das árvores e ninguém mexia. (Participante 5)

Os trechos 21 e 22 enfatizam que a preocupação por localidade é essencialmente feminina. Os locais para passar a noite e guardar pertences são escolhidos de forma minuciosa. O medo pela violação sexual do próprio corpo, além de outras formas de violência, é significativamente mais assustador para as mulheres. A invalidação estruturalmente constituída do feminino na sociedade se intensifica quando a mulher é também pessoa que vive em condição de rua. Notável a interseccionalidade entre duas condições de vulnerabilidade: viver na rua e ser mulher, dado que a mulher é uma categoria histórica, subjacente à predominante hegemonia falocêntrica (Butler 2003; Scott, 1995).

Acerca da relação rua-droga, a permanência nesse contexto e a relação com a substância foram representadas em cada uma das entrevistas. Aqui, serão expostas as falas de diferentes participantes sobre o mesmo tema. A permanência na rua foi associada a liberdade, a livre escolha, a ausência de reguladores de condutas como vivenciados socialmente, por exemplo: a não obrigatoriedade de tomar banho, lavar roupas, cumprir horários e pagar contas. As falas demonstram que a rua possui mecanismos de manutenção no próprio contexto a partir dos estigmas e marcas sociais e, também, da adaptação aos diferentes padrões cotidianos, que, conforme os relatos, impactam na continuidade neste cenário.

Trecho 23: Tudo é fácil na rua, você não passa fome, você come, você se alimenta, come aqui, por mais que seja metida a exibida, mas eles ajudam, eles dão. Então eles gostam disso, a gente ganha muita coisa na rua. Muita coisa. Então por isso, não quer sair da rua, muitos quer ficar na rua por causa disso, entendeu? (Participante 5)

A facilidade de acesso à condições básicas é descrita por vários interlocutores, que apontam ser dos fatores envolvidos na manutenção de vida no contexto da rua. Para eles, nem sempre o mínimo é acessível e manter uma moradia é um grande desafio, haja vista o insistente projeto de precarização de políticas sociais. Assim, o impacto de ser uma pessoa em situação de rua é associado a um requisito importante para a sensibilização de ajudas externas, e, assim muitos sobrevivem através de doações de roupas, dinheiro e alimentos que suprem necessidades imediatas, mas não são suficientes para um acesso digno de bem-estar a longo prazo. Nota-se que a dificuldade de pertencimento social pós-rua, ou seja, os processos de desvinculação social relacionados a cristalização de um estigma, é fator que influencia na permanência.

Trecho 24: Eu vejo na rua, assim, tem alguns que gostam da rua. A rua dá possibilidade deles se alimentarem bem, porque comida de rua é sempre em restaurantes. Se vestem bem, porque sempre tem as pessoas que dão roupas, dão dinheiro, a questão da rua é unicamente a questão da moradia. Tem gente de rua que tem oportunidade de emprego, as pessoas se comovem e tentam ajudar de várias formas. Pode até ter um vício, mas que ele não tem o vício que controla ele 24h por dia, que ele tem os horários de lucidez, não é um lugar ruim. Fora da questão da violência, né? Porque morador de rua sofre violência por parte das autoridades, por parte de moradores que às vezes não gostam. Na rua tem um risco. (Participante 3)

Após a afirmação de que a rua não é em si um lugar ruim aparece novamente a dimensão do “risco”, associado a ação das autoridades e da convivência entre pares, o que certifica a presença da “questão da violência”.

A opção pela permanência é atribuída a facilidade de condições mínimas e também a liberdade, que conforme observado nos trechos abaixo, é conceituada pelos próprios

interlocutores pela possibilidade de não sofrer cobranças sociais e familiares, sejam elas relacionais ou financeiras.

Trecho 25: O que a rua pode ter de bom? Você não ter satisfação a dar à sociedade, você não ter satisfação a dar a um parente, é uma liberdade como ninguém nunca teve na verdade. Imagina você livre de todos os seus encargos de responsabilidade da vida? A própria responsabilidade de estar viva. Porque ele pode ser mantido num restaurante, ele vai ali, chega ali no final do período do restaurante “ô, gente, me dá um pão, uma marmita” a pessoa não nega. Ele subsiste sem precisar se responsabilizar. (Participante 4)

A ausência de “satisfação”, “responsabilidade”, “encargos”, “regras” e o poder “fazer o que quiser” compõem os significantes que são reforçados ainda pelas seguintes afirmações: “Se eu soubesse que a rua fosse desse jeito eu tinha vindo para rua antes” “ela é muito boa, eu gosto da rua”.

Trecho 26: Se eu soubesse que a rua fosse desse jeito eu tinha vindo para rua muito mais tempo, porque na rua não tem regras você pode fazer o que você quiser entendeu, não tem mãe, não tem esposa, não tem filho para poder ficar enquanto regra entendeu, então desde então estou na rua, ela é muito boa, eu gosto da rua. (Participante 8)

Há a compreensão da rua como um lugar acolhedor, relacionada ao encontro com o outro que vive situações parecidas e que pode partilhar sentidos que não são compreendidos por todos, tampouco encontrados no contexto familiar, ainda a menção do encontro consigo mesmo, novamente permeado pela liberdade. O interlocutor do trecho 27 repetida vezes afirma que “a rua é acolhedora, te acolhe, tira o peso, dá uma liberdade de repensar e recomeçar”

Trecho 27: Na rua você encontra muitas pessoas em mesma situação, que provavelmente viveu e passou por algum tipo de problema e muito se entendem. A rua te acolhe, é só você

saber lidar com as pessoas certas. Você se encontra, entendeu, eu me encontrei na rua, eu prefiro hoje em dia estar na rua, andar com minhas próprias pernas, interagir com as pessoas em situação de rua do que voltar para casa dos meus pais ou do que tentar alugar uma kitnet ou um condomínio ou outra coisa qualquer estilo de pessoas bem classificadas. A rua além de ela ser acolhedora se você souber interagir ela te acalma, tira um certo peso, dá uma liberdade, bom para mim ela me deu a liberdade de eu repensar minha vida e recomeçar. (Participante 7)

O participante 7 permanece em situação de rua, o trecho fala sobre o que se encontra, sobre novas vinculações, rompendo com a concepção única de ausências e perdas. Pensar a rua a partir da lente de quem vive pressupõe um deslocamento. Reflete-se então em “situações” de rua, visto que o plural ajuda a abarcar a diversidade de relações que se estabelece com esse contexto.

No trecho 28 o interlocutor afirma que não consegue mais estar dentro de uma casa, as lembranças da mãe e os pensamentos fazem com que a moradia se torne inconcebível. A afirmação “Nem sempre quem está na rua, quer dizer que esteja com problema” remete a rua vista como uma solução de modo de vida possível, um arranjo subjetivo.

Trecho 28: Eu não me sinto mais bem quando eu entro em uma casa, eu lembro de minha mãe, entendeu, dela conversando comigo, larguei os pensamentos, entendeu, é uma coisa que não tem ser humano que tira. Nem sempre quem está na rua, quer dizer que esteja com problema, eu vim com o propósito de trabalhar, com 2 propósitos, eu vim, tá vivo, trabalhar e pagar minhas contas. (Participante 9)

O termo “família” faz referência a “casa”, o que ajuda a compreender como a desvinculação familiar também pode ser um rompimento com o mundo domiciliado.

A relação com a droga -identificada e associada ao contexto de permanência- surge como um recurso que em alguns enredos fizeram parte da ida para a situação de rua, já em outros aparece como uma forma de sobrevivência, mas não como recurso imprescindível, uma vez que é apontada a possibilidade de estar na rua sem fazer uso de substâncias.

Existe uma diferenciação nas formas de se viver na presença ou ausência do uso, esse é associado ao respeito por parte de outras pessoas em situação semelhante, o não uso é visto como resultado de um maior nível de organização operacional, como exposto no trecho 29.

Trecho 29: Com a droga se tem respeito, poder, moral. Foi as melhores sensações que eu já tive, peitava esse e aquele. Sem a droga não tem poder. Quem não usa droga precisa saber conversar, tem que ser mais passivo e calmo. Mas se tem mais liberdade e controle do dinheiro, dos objetivos, higiene. Enxerga-se a realidade. (Participante 7)

O interlocutor afirma acima que o uso é um instrumento de poder em alguns recortes, e que tira o medo: “peitava esse e aquele”. A ausência de droga permite um melhor gerenciamento de si, dos pertences e dinheiro, bem como um maior contato com a realidade. O trecho 30 exhibe que, além da multiplicidade de relações que são estabelecidas a partir da droga, há uma diferenciação hierárquica acerca do álcool, como se pertencessem a categorias distintas. Como já dito, o comércio legalizado do álcool pode ser relacionado a sua representação.

Trecho 30: Eu conheço várias pessoas que moram na rua e não usam drogas e conheço várias que usam drogas e não bebem nem fumam, e conheço outras que não usam droga e bebem e fumam, e conheço muitas também que não usou nada. (Participante 8)

O abuso de substâncias é um tema de investigação científica principalmente no âmbito das ciências da saúde. Várias contribuições consideram os efeitos clínicos, seja no nível físico ou psicológico (Sakai-Bizmark et. al., 2021; Lee et. al., 2017). Todavia é perceptível a ausência de

pesquisas em uma vertente subjetiva da vivência, ligada a afiliação pessoa-substância na cotidianidade da rua. A representação subjetiva com o álcool e outras drogas foi relatada pelos interlocutores, que consideraram as substâncias como parte integrante de uma gestão do espaço, do tempo e das relações interpessoais.

No trecho 31 a droga é colocada como uma condição que mantém as pessoas em situação de rua, o interlocutor faz menção a partir do termo “clínicas”, que são convencionalmente denominadas de *Comunidades Terapêuticas* ou “casas asilares de conversão religiosa e abstinência compulsória temporária” (Saúde Mental Crítica, 2022). A ineficácia desses dispositivos que propõem tratamento à dependência química está relacionada as limitações de constituírem-se modelos de abrigo ou isolamento, pois muitos ficam em áreas de difícil acesso e corroboram com a perspectiva higienista, como citado na introdução, ao descrever a organização do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014. Essa lógica de cuidado parte de concepções lineares e não dialoga com as políticas públicas nem com as reais necessidades das pessoas em situação de rua, não obstante, seguem ocupando o território do cuidado, ofertando cura e libertação (Mendonça, 2017).

Trecho 31: Para você sair da rua você tem que ter por você mesmo, opinião, você falar que vai parar e sair da rua e pronto, esse negócio de clínica, não resolve. Você vai para clínica que fica dois seis meses ou nove meses, mas quando você sai que você volta para rua, você volta do mesmo jeito que você era antes. (Participante 10)

A reincidência é algo comum em muitas vivências ligadas ao desvio social. Foucault (1979), refletindo sobre a lógica da punição penitenciária e da reinserção social, descobriu que já no século XIX o aumento exponencial de instituições para a recuperação de sujeitos socialmente considerados como inadequados e perigosos possuía um paralelo com o aumento de casos de

reincidência. Isso, segundo o filósofo francês, acontece pela política dos programas de reintegração e coerção, que em seus cernes preveem uma modificação da estrutura identitária do sujeito em internação. Todavia, considerando que os sujeitos (co)constróem uma representação de si na relação com a própria história de vida e afiliação social, a tentativa de transformação do sujeito se torna inviável. Várias pesquisas com detidos demonstraram que grande parte da população penitenciária foi presa pelo menos mais de uma vez (Hochdorn et. al., 2018).

Por fim, o trecho 32 exemplifica a experiência do interlocutor que fez uso de substâncias psicoativas, mas atualmente se encontra no contexto da rua sem utilizar esse recurso.

Trecho 32: Olha no meu caso não é droga não é nada, porque isso para mim já é passado, já fiz tratamento estou a três anos sem drogas sem nada, o que me dá liberdade eu me encontrar na minha paz interior. (Participante 7)

O Pós-rua

“Pessoa que esteve, pessoas que estiveram em rua, eles saíram das ruas, mas as ruas não saíram deles”

A autora

O pós- rua contempla os discursos envolvidos nos processos de saída da situação de rua ou, no caso de quem ainda permanece, expõe os mecanismos de manutenção e permanência.

O contexto social que se articula com o enredo do pós-rua é permeado por vinculações sociais, a partir de associações com o trabalho, a escola, constituição de ciclo familiar, o resgate de vínculos quebrados com a família de origem e nuclear. Nota-se que existe uma restituição de relações em alguns casos, e em outros o estabelecimento de nova rede de apoio.

O “voltar”, segundos os mesmos, em alguma medida é percurso importante para resgatar elementos pré-rua.

Trecho 33: Hoje o melhor lugar do mundo é na minha casa. Eu fico aqui no meu ponto trabalhando, mas às vezes eu saía até mais cedo já com vontade de chegar em casa, que é o melhor lugar do mundo, lá na minha casa. (Participante 1)

Em relação a permanência, percebe-se que o não lugar que emerge a partir das rupturas é redimensionado na nova forma de vida que passa a ser concebível. Outros dois elementos se alinham a continuidade no contexto da rua: a discriminação e a perda do caminho social.

Trecho 34: Porque existe muitos preconceitos, rótulos, discriminação nesse âmbito de Brasília, entendeu? Eu posso ter a mesma capacitação que uma outra... E ser mulher. Fator ser mulher também contribui em muita coisa. (Participante 4)

Trecho 35: É meio difícil conseguir sair da rua, porque a pessoa em situação de rua, ela é 100% discriminada em todos os aspectos. Essa possibilidade ela é aniquilada pela

discriminação que vem sob a pessoa em situação de rua, é uma coisa que está camuflada, escondida. Sinto muito dizer que é a realidade de quem vive na rua. (Participante 7)

Os interlocutores afirmam que mesmo que não se escolha permanecer na rua, sair é um processo complexo, pois é difícil atravessar os muros que aniquilam as possibilidades, estes são apontados como barreiras que distanciam as pessoas dos caminhos sociais e que passam a reproduzir a nova dinâmica social constituída na vida e manutenção no espaço da rua.

As narrativas nesse percurso são advindas da perspectiva de planejamentos, projetos e articulações que envolvem a tentativa de reinserção social. Os temas envolvidos são de forma significativa associados ao trabalho e fundamentais para a constituição de uma nova representação identitária.

Trecho 36: Trabalhar é pra ter dinheiro, é pra conseguir uma coisa pra comer, arrumar algum passeio, uma viagem, um compromisso, comprar um sapato, uma roupa, arrumar uma unha, fazer o cabelo. É poder pegar um ônibus pra ir lá no CCBB e voltar de Uber. (Participante 6)

Identifica-se que o “trabalhar” é uma maneira de obter formas de custear a própria subsistência, de acessar recursos de lazer, de autocuidado, bem como poder assegurar a mobilidade urbana. Atividades que passam a ser inseridas nos novos modos de vida e pertencimento social após a saída do contexto da rua. Contudo, o trabalho também representa uma forma de se encaixar nas exigências e normas sociais (Foucault, 1979). Percebe-se que o trabalho é uma implementação característica de muitos programas de recuperação social com presidiários, dependentes químicos, pessoas com sofrimento psíquico e em situação de rua.

Trecho 37: Eu comecei a trabalhar, e já comecei a ter conhecimento, da elétrica, da hidráulica, só não me interessei na cerâmica, daí eu fazia o serviço todo completo, é a

única coisa que eu não sei fazer, mas se você falar desde alvenaria, do alicerce até alvenaria e até deixar ela pronta, puxada na mão, acabada, pintada da textura, grafiato, moldura, sanca, foram 25 anos, mas foi bem sustentado, não me arrependo de não ter estudado, porque a profissão que eu tenho hoje, muitos querem ter e não tem, fome eu não passo, e sem dinheiro eu não fico. (Participante 9)

No trecho 36 o trabalho foi considerado como uma forma de pertencimento, já no trecho 37 surge como uma ferramenta de identificação subjetiva, mesmo que outras características se percam, ou tenham sido invalidadas no contexto da rua, o conhecimento de uma tarefa com potenciador criador prático é ainda algo que ele pode afirmar enquanto modalidade existencial (Dejours, 2007).

Contrariamente à visão correcional do trabalho como ferramenta disciplinar que visa adaptar o sujeito a uma vida de convivência reconhecida e legitimada, assim como foi postulado por Foucault (1979), as competências adquiridas pelo interlocutor têm uma valência de afirmação de si, numa perspectiva paradigmática, e um papel de sustentação e manutenção da própria existência e sobrevivência fora da rua. Algo que se relaciona com a projeção e o planejamento de atividades desenvolvidas a longo prazo.

Trecho 38: Encarar essa discriminação, encarar esse preconceito, é encarar, sabe, o seu potencial, mostrar “eu posso superar essas condições”, “eu posso superar essa discriminação, eu vou conseguir superar isso”, é isso a coragem que eu acho que tem que ter. Porque na primeira discriminação, na primeira reprovação social que a pessoa tiver ela cai. (Participante 4)

No trecho 38 o interlocutor menciona a “discriminação”, “preconceito” e a “reprovação social” como condições que precisam ser enfrentadas para conseguir mediar uma vida fora da

rua. Goffman (1963) utilizou o conceito de estigma para se referir a marcação permanente do sujeito desviante, como uma pessoa que saiu desta condição precária e que continua a ser considerada um ex-morador de rua. Outro autor refletiu sobre o prefixo “ex”, utilizado em muitas circunstâncias da vida social para conotar um sujeito, cuja existência foi vinculada a uma particular condição de vida, como se estivesse ligado de forma perpétua ao histórico de um trato caracterizante à própria identidade, como por exemplo “ex” detento, “ex” adicto, mas também “ex” profissional, “ex” atleta ou “ex” aluno (Lemert, 1986).

Trecho 39: Agora é só alegria, né? Estudar, continuar o estudo, só alegria. Paz, porque eu preciso disso, por causa da depressão, aí eu sou acompanhada com psicólogo. Eu não quero mais cair nisso. Você sabe que o depressivo ele se mata. Já vi vários casos. Então, como eu precisava de gente, uma pessoa, um companheiro, amigo e tudo, aí aquilo foi me curando dela. Agora só o único problema que eu tenho é de dormir através do remédio, se não tiver eu fico três, quatro dias. Meu sonho é esse mesmo, eu me formar, me formar, ter condição pra ajudar meus filhos, né? E deles poder se orgulhar de mim “olha, minha mãe, a idade que for não tem problema e hoje se formou” (Participante 5)

Este último trecho representa os sonhos, as ambições, mas também os desafios incógnitos, ligados a uma possível nova vida. O desejo de ser uma pessoa reconhecida e aceita, seja pelo outro significativo ou pelo outro generalizado. Tais ambições se mostraram a partir de objetivos concretos que a sociedade prevê para um percurso de reconciliação com as exigências demandadas dentro do próprio campo cultural de pertencimento. A identidade é, de fato, definida por meio de *scripts* sociais que estão circunscritos muito mais por coordenadas sócio contextuais do que pelos desejos de realização autênticos.

Diante das considerações, é visível que a psicologia social crítica se distancia da noção de personalidade correspondente à uma matriz epistemológica, pela qual o sujeito reivindica a si mesmo em um processo de negociação e interação entre si o outro e o contexto.

Análises Lexicométricas

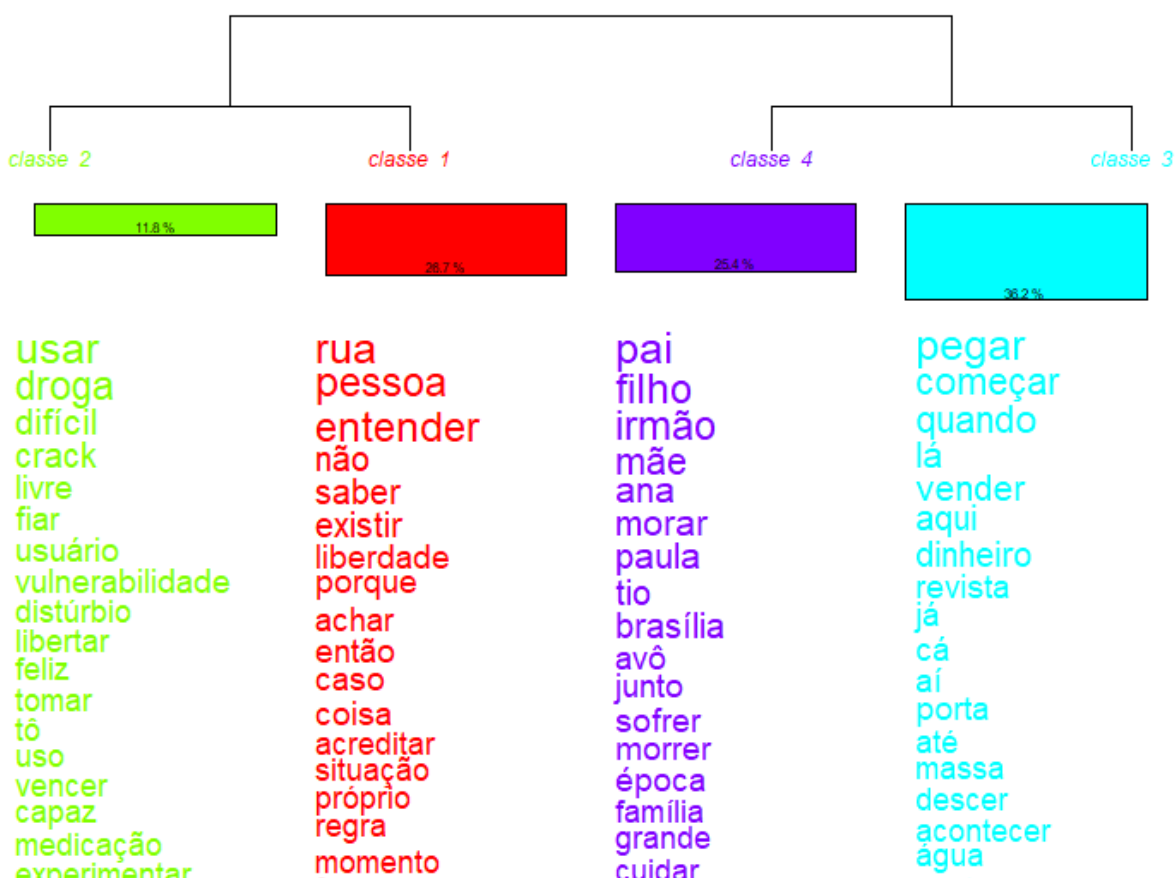
A partir do nível de análise crítica e qualitativa das matrizes semânticas e semiótica presentes nos discursos dos participantes, pretendeu-se uma investigação padronizada dos dados textuais. Essa investigação permite a visualização de um panorama geral de tendências expressivas, que permeiam as produções narrativas em questão.

Considerando que a “linguagem constrói campos semânticos que são linguisticamente circunscritos” (Berger & Luckmann, 1966, p. 41), foram realizadas análises semânticas dos trechos relatados acima, o que tornou possível a contextualização em estrutura linguística transmitida pela produção dos falantes (Wittgenstein, 1922).

Serão apresentadas três reproduções gráficas, elaboradas através de três diferentes funções de cálculo estatístico oferecidas pelo pacote informático Iramuteq, as quais 1) a Classificação Hierárquica Descendente das classes lexicais, mediante peso e proximidade das formas reduzidas dentro de específicos Segmentos de Texto, 2) Análise das Correspondências a partir do nível anterior e, por último, a 3) Análise fatorial simplificada, que organiza a frequência absoluta das formas reduzidas, ou seja, considerando apenas o peso das palavras ao longo do corpo textual, dentro de uma nuvem de palavras.

Figura 6

Reprodução Gráfica 1- Classificação Hierárquica Descendente



Nota: Iramuteq (2021)

O dendrograma apresenta dois conjuntos de classes estáveis que estão diretamente interligadas. A classe 2 com a 1 e a classes 4 com a 3, criando uma espécie de diferencial semântico entre dois universos discursivos. Em relação ao conteúdo dessas classes, emergem conceitos lexicais com conotações de significado semelhantes nas classes 2 e 1 de um lado, e nas 4 e 3 do outro. Essas conotações no caso do primeiro grupo de classes (2 e 1) são permeadas por representações discursivas que aludem a sentidos ligados as vivências mais adversas relatadas pelos sujeitos desta pesquisa: “usar, droga, difícil, crack e vulnerabilidade” (classe 2) e “rua, pessoa e não saber existir” (classe 1).

Análise Hierárquica Descendente prevê um cálculo não apenas das frequências (o peso) mas também da proximidade entre as formas reduzidas dentro de um mesmo Segmento de Texto. Observa-se então que algumas combinações de palavras aparecem como construções discursivas que estão presentes em todas as narrações coletadas pelo presente estudo, uma vez que a linguagem constitui não apenas um aparato de comunicação, mas universos de realidades que constroem as representações de si, do outro e do mundo (Wittgenstein, 1922).

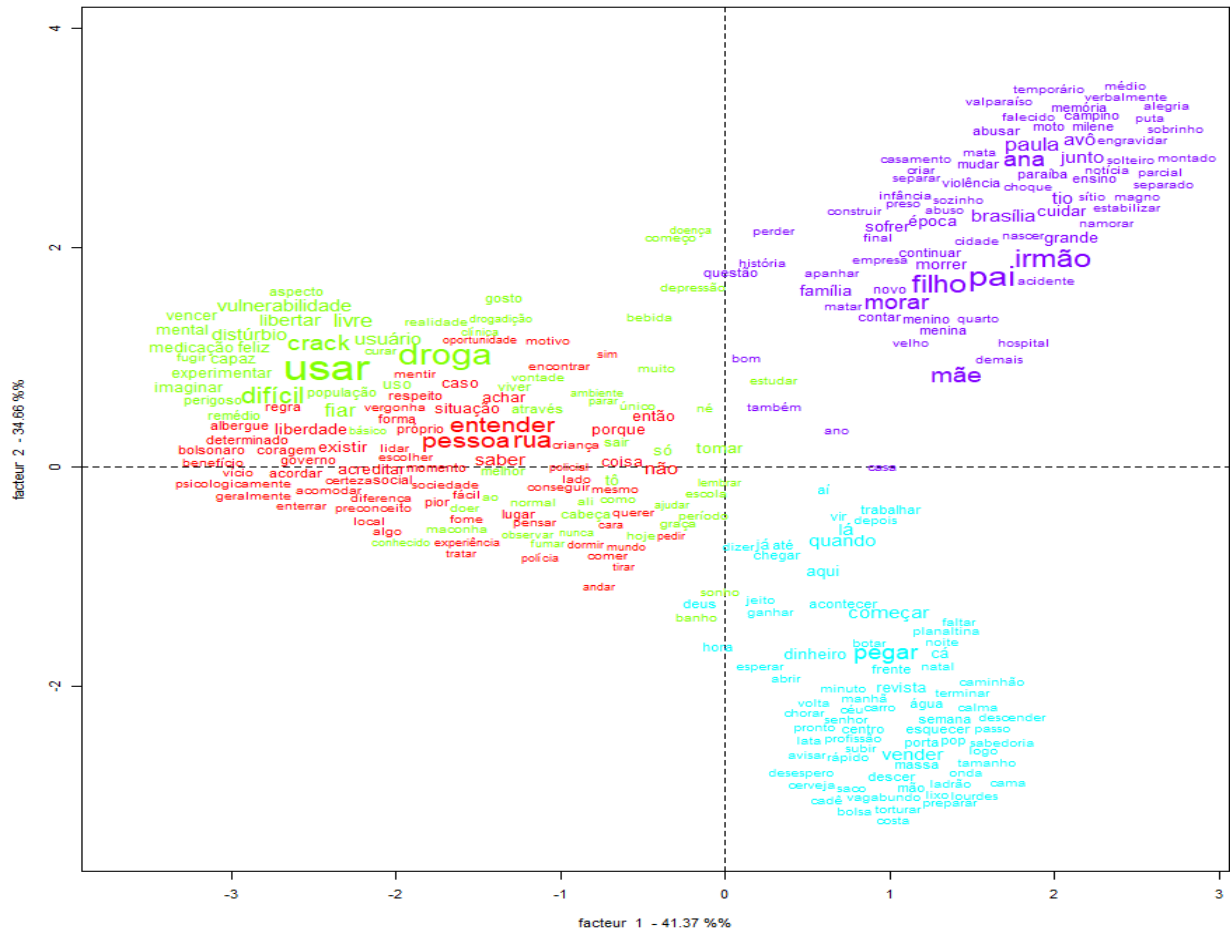
O conjunto das classes 2 e 1 se contrapõe o conjunto das classes 4 e 3, visivelmente permeadas por conotações de significado verbal de natureza positiva, ligadas a uma representação da realidade relacionada ao futuro, as possibilidades e as perspectivas que se distanciam de uma visão puramente estigmatizante, que aponta os sujeitos como desviantes ou marginalizados.

A classe 4 contém palavras, quais “pai, filho, irmão, mãe e família grande” entre outras, que remetem a sentidos de convivência e rede social, dois eixos importantes para garantir a própria subsistência e sobrevivência.

A classe 3, diretamente associada a 4, mostra ocorrências como “começar, vender, dinheiro e revista” relacionadas a possibilidade de sair da rua e encontrar oportunidade de prover a própria existência a partir de atividades trabalhistas socialmente reconhecidas e legitimadas, como por exemplo o projeto da Revista Traços, que propõe possibilidades de renda e divulgação cultural, bem como de contar a própria história, atribuindo novos sentidos e percursos identitários.

Figura 7

Reprodução Gráfica 2 -Análise das Correspondências



Nota: Iramuteq (2021)

As mesmas classes estáveis estão distribuídas num plano fatorial para evidenciar a intersecção destas classes entre si. De fato, como emergiu na Análise Hierárquica Descendente, o conjunto das classes 2 e 1 está distribuído no quadrante esquerdo do plano cartesiano, enquanto o das classes 3 e 4 no quadrante direito. Todavia, é interessante notar que as classes 2 e 1 estão fortemente interdependentes, demonstrando que a condição de permanecer na rua é permeada por questões ligadas a “oportunidades”, “uso de substâncias” especificamente o “crack”, a “distúrbios mentais” e as “difíceis” condições de sobrevivência, aparece ainda a “liberdade”, “escolha” e o “entender”,

As classes 4 e 3, estão completamente distantes uma da outra, o que não constava graficamente na análise do nível anterior. Parece, de fato, que os dois pré-requisitos mais indispensáveis para garantir a própria subsistência não estejam dialogando entre si. O suporte familiar está afastado das próprias possibilidades trabalhistas e de apoio psicossocial. Tal dado enfatiza que a saída da rua não pressupõe o resgate de vínculos familiares ou do tecido afetivo de origem, podendo acontecer seja de maneira mediada, seja a partir de iniciativas e políticas sociais.

Figura 8

Reprodução Gráfica 3 –Nuvem de Palavras



Nota: Iramuteq (2021)

A nuvem de palavras consiste em uma análise simplificada das frequências absolutas das formas reduzidas ao longo do corpo de texto, sem levar em conta a proximidade das ocorrências

dentro de um dado Segmento de Texto. A palavra “não” ocupa uma posição central, podendo ser associada a vários percursos semânticos como a negação, a desvinculação, a recusa, a exclusão, o desacordo, o descrédito e a censura de si mesmo, enquanto pessoa, sujeito e trabalhador. Tal dado, ou seja, de ter o “não” como ocorrência central na nuvem de palavras, foi confirmado também por outras pesquisas sobre pessoas em situações de marginalização social: os detidos (Hochdorn et. al., 2018) e demandantes de serviços de saúde mental (Faleiros & Hochdorn, 2021).

A pessoa em permanência de rua é conotada a partir de uma acepção de invisibilidade social, sem gozar de direitos de reconhecimento e cidadania. Tal negação acaba em muitos casos com uma perda de identidade, seja individual seja social. A falta de trabalho, a dependência de substâncias -em alguns casos- o abandono e a negligência de cuidados de si representam um ciclo vicioso, cuja saída é desafiadora e dolorida.

Apenas uma parte dos sujeitos entrevistados saíram da rua e puderam gozar de uma reinserção social e profissional. O participante 9, em um tom quase irônico, disse que para não enlouquecer na rua, precisa enlouquecer, evidenciando que a alteração da consciência pelo uso de drogas e a perda de si é uma ferramenta importante para conseguir sobreviver e enfrentar o frio, a fome e outras adversidades na rualização.

Reverberam aqui os questionamentos de Félix-Silva et.al. (2016), que, ao pensar os modos de vida no contexto da rua, interpela-se: Será que a afirmação de não querer sair da rua, é experiência de liberdade? Não seria a revelação da ruptura psicológica e social com a inclusão? Ou o abandono do direito de ser dono de sua própria liberdade, ou a cristalização de uma representação negativa? Ou a interiorização da servidão e miséria de quem sequer sabe desejar algo?

A indagação lança o convite para um olhar ético e político, à medida que se atenta, mesmo que na contradição as relações associativas, a produção de laços, a constituição simbólica e por vezes concreta de uma casa sem teto parede, mas com possibilidade existencial. O espaço vivido da rua carrega múltiplos sentidos, a vulnerabilidade é a primeira capa, mas nem sempre a única.

Considerações Finais

Tendo em vista que sociedade capitalista produz e reproduz desigualdades sociais em massa, cabe dizer que o intuito do presente estudo não foi traçar explicações categóricas sobre a ida para a rua, tampouco apontar como uma escolha de caráter apenas individual, mas de refletir sobre o que é vivido por quem vive.

Entender o repertório e o potencialmente construído se associa a dimensão dialética, que não comporta a uma história única. Foi proposto um olhar para essa temática a partir de aspectos coletivos e também inter, intra e extra subjetivos, rompendo com o viés que tende a considerar a vivência de rua como homogênea e indiferenciada.

Se aproximar da rua a partir da experiência de quem a vive pressupõe um deslocamento das próprias representações acerca dessas pessoas e das formas de relação que elas estabelecem com elas, entre elas e com o contexto, necessário abandono apriorístico, possibilitado pela abertura aos fenômenos.

Ficou evidente que rua é um espaço simbólico, um organismo vivo, para além de um espaço físico. Ela acontece e se constitui de maneira fluida e mutável a partir de um conjunto de interações, regras, códigos de convivência e pactos cotidianos. A rua possui mecanismos de manutenção no próprio contexto, a partir dos estigmas e marcas sociais e, também, da adaptação aos diferentes padrões tácitos, que segundo os participantes, impactam na continuidade neste cenário.

Foi notável a dificuldade de pertencimento social pós-rua, ou seja, os processos de desvinculação social cristalizantes em termos estigma foram apontados como fatores de influência na permanência. Outro elemento identificado e associado ao contexto de permanência foi a relação com a droga, essa surge como um recurso que em alguns enredos fizeram parte da

ida para a situação de rua e em outros apareceram como uma forma de sobrevivência, mas não como recurso imprescindível, uma vez que foi apontada a possibilidade de estar na rua sem fazer uso de substâncias psicoativas.

O contexto social que antecede a vivência de rua, e que também está relacionado com a ida para este local é marcado pela quebra de vínculos familiares, empregatícios, afetivos e, algumas vezes todas essas vivências simultaneamente, entretanto, a associação não é fatalista, mas foi apresentada pelos interlocutores como uma possibilidade diante das ausências, ou seja, não é o fim em si mesmo, mas uma alternativa para mediar alguma construção.

Por meio dos percursos teóricos e metodológicos acessou-se encontros e novas vinculações, rompendo com concepção única que articula apenas ausências e perdas. Pensa-se então em “situações” de rua, o plural ajuda a abarcar a diversidade de relações que se estabelece com esse contexto. A vida na rua foi vista como uma solução de modo de vida possível, às vezes como uma perspectiva transitória e por outras uma possibilidade existencial, ou um arranjo subjetivo diante de inúmeras desvinculações.

A partir do objetivo de investigar os sentidos produzidos por pessoas em situação de rua, optamos por trazê-los de forma transversal durante os eixos dessa dissertação. Essa forma foi possível pelos recursos metodológicos e tecnológicos, que possibilitaram a apreensão de sentidos múltiplos, presentes nas análises metodológicas e também na impossibilidade de generalizar os modos de vida na rua. O convite que fica é epistemológico, teórico e prático, este se situa na proposta de utilizar novas lentes para olhar os processos de *rualização* e para o paradoxo visibilidade x invisibilidade própria da condição destas pessoas.

Conclui-se que o processo de escuta precisa ser considerados na formulação de políticas públicas para que as reais necessidades dessa população possam ser apontadas. A escuta também

pode ajudar a mediar uma lógica de cuidado e pertencimento social a superar concepções lineares baseadas em premissas morais, reducionistas e simplistas, uma vez que ações assistencialistas se mostraram incapazes de contemplar a experiência multideterminada e complexa de viver e ou permanecer em situação de rua em Brasília, no Brasil ou em qualquer parte do mundo.

A qualificação profissional é também uma forma de garantir um alinhamento com a escuta à alteridade e as diretrizes dos movimentos sociais específicos. Sugere-se, para estudos posteriores, a possibilidade de ampliar e diversificar a amostra, a contemplar diversas capitais do Brasil. Ainda, é sugerido um recorte que valorize a historicidade das pessoas em situação de rua partir das experiência em contextos diversos, como por exemplo, a pandemia do Sars-Cov-2, evento de impacto global.

Por fim, a luta pela criação de intervenções socioassistenciais coerentes e pela manutenção de direitos conquistados segue atenta e crítica, diante de um cenário de insistente desmonte de dispositivos e da tentativa ininterrupta de desarticulação dessa pauta.

Referências

- Alowaimer, O. (2018). Causes, Effects and Issues of Homeless People. *Journal of Socialomics*, 7(3), 2–4. <https://doi.org/07.10.4172/2167-0358.1000223>
- Alves, L. (2005). A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. *Revista de História da Arte e Arquitetura*, 123–132.
[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/arquivos/LaraALVES-AconstrucaodeBrasilia.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/ arquivos/LaraALVES-AconstrucaodeBrasilia.pdf)
- Barboza, A., Canan, A. H., Barbosa, I., & Santos, Y. (2019). A Construção Social Do Morador De Rua No Brasil. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 8(15).
<https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/695>.
- Berger, P. L. & Luckmann T., (1966). *The social construction of reality*. Doubleday. Trad. port., (1995). *A Construção Social da Realidade*. Editora Vozes, 1995.
- Blumer, H., (1937). *Symbolic Interactionism*. Berkley: University of California, 1969.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2008). Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.
<http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/2008%20I%20Censo%20e%20Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>.
- Brasil. Decreto nº 7.053/09. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

Brasil. Lei nº 11.258/05. Dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm

Busch-Geertsema, V. (2010). Defining and Measuring Homelessness. *Homelessness Research in Europe*.

https://www.researchgate.net/publication/268055088_Defining_and_Measuring_Homelessness

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Camargo, B.V. (2005) ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. A.S.P. Moreira, B.V. Camargo, J. C Jesuino & S.M da Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. Universitárias –UFPB.

Carneiro de Alcantara, S., Pereira de Abreu, D., & Araújo, A.F., (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, 24(1), 129-143. <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>

Carvalho, D. L. (2008). Mobilidade urbana e cidadania no Distrito Federal: um estudo do programa Brasília integrada [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília] <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1052>

Companhia De Planejamento Do Distrito Federal (Codeplan). (2017) Mapeamento da Atividade Econômica no DF. Brasília. <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Mapeamento-da-Atividade-Econ%C3%B4mica-no-DF.pdf>

- Costa, L. Brasília revisitada 1985-87. In: Distrito Federal. Decreto nº 10.829/1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=15139. Acesso em 10.jan.2022.
- Dejours, C. (2007). *A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade*. Paralelo 15.
- Dias, A. L., Borges, A. O., Cunha, B. B., Castro, B.P., Campos, J. A., Carvalho, Alvarenga M.C., & Martins, V.C. (2015). À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(spe), 214-233. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Durkheim, E. (1994). *Representações individuais e representações sociais*. São Paulo: Ícone.
- Eineck, L. (2020) #FicaCapsCandango: Trabalhadores se mobilizarão no dia 31 em defesa do CAPS no DF. *Esquerda Diário*. Movimento revolucionário de trabalhadores. <https://www.esquerdadiario.com.br/FicaCAPSCandango-Trabalhadores-se-mobilizarao-no-dia-31-em-defesa-do-CAPS-no-DF>.
- Faleiros, V. de P., & Hochdorn, A. (2021). Discursive construction of social representations expressed by seekers of psychosocial healthcare services in Brazil. *International Journal of Social Psychiatry*. <https://doi.org/10.1177/0020764021991875>
- Félix-Silva, A. V., Sales, R. C., & Soares, G. P. (2016). Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estudos de Psicologia* [online] 21(1), 46-57. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160006>

- Ferreira, F. P. M. (2006). População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998–2005. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais.
- http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Frawley, W. (1993). Norman Fairclough, Discourse and social change. Cambridge: Polity, 1992.
- Pp. vii 259. *Language in Society*, 22(3), 421–424.
- <http://doi.org/10.1017/S0047404500017309>
- Galinkin, A. L. (2008). *A Cura no Vale do Amanhecer*. TechnoPolitik.
- Gatti, B. P., & Pereira, C. P. (Orgs.). (2011). *Projeto renovando a cidadania: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal*. Brasília: Gráfica Executiva.
- Goffman, E. (1959). *The perception of self in everyday life*. New York: Doubleday. Trad. port., (1985) *A representação do eu na vida cotidiana* (3ª edição). Vozes.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York: Prentice Hall. Trad. it., *Stigma l'Identità negata*. Milano: Giuffrè editore, 1983.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. Perspectiva.
- Gonçalves, N. L. (2014). Implicações vivenciais no cotidiano da pessoa em situação de rua do Distrito Federal. Monografia de Bacharelado em Terapia Ocupacional, Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/10307>
- Gramsci, A. (2001) *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (2006) Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios. Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Os%20Regimes%20de%20Atendimemto%20no%20Estatuto%20da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.pdf

Habermas, J. (1970). Towards a theory of communicative competence. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy* 13 (1-4), 360-375.

<https://doi.org/10.1080/00201747008601597>

Hall, S. (1996). "The Question of Cultural Identity". In: S. Hall, D. Held, D. Hubert and K. Thompson (eds.) *Modernity: Na Introduction to Modern Societies*. Cambridge: Polity Press, 595-634.

Hochdorn, A., Faleiros, V. P., Valerio, P. & Vitelli, R. (2018). Narratives of Transgender People Detained in Prison: The Role Played by the Utterances -Not- (as a Feeling of Hetero- and Auto-rejection) and -Exist- (as a Feeling of Hetero- and Auto-acceptance) for the Construction of a Discursive Self. A Suggestion of Goals and Strategies for Psychological Counseling. *Frontiers in Psychology*, 1-19. <http://10.3389/fpsyg.2017.02367>

Hochdorn, A. & Faleiros, V. P. (2017). Presas pelo crime, excluídas pela sexualidade e marginalizadas pela raça: a tripla Representação Social das detidas transgêneras em um presídio federal brasileiro. In: *Missias-Moreira, R.; Sales, Z.; Chalegre V.F. & Valença T. (Org.). Representações sociais, educação e saúde: um enfoque multidisciplinar ?*. CRV, 125-139.

Hochdorn, A., Faleiros, V.P., Camargo, B.V. & Cottone, P. (2016). Talking gender: How (con)text shapes gender – The discursive positioning of transgender people in prison, work and private settings. *International Journal of Transgenderism*, 17(3-4), 212-229.

<https://10.1080/15532739.2016.1222923>.

- Holanda, J. G. de. (2019). Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. *Revista De Ciências Sociais*, 19(1), 28-44. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30941>.
- Honorato, B. E. F. (2014). Ordem e subversão nas cidades: Um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais] <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9LEQSS>
- Hungaro, A. A., Gavioli, A., Christóphoro, R., Marangoni, S. R., Alirão, R. F., Rodrigues, A. L & Félix de Oliveira, M. L. (2020). Homeless population: characterization and contextualization by census research. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 73(5), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0236>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2021). Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Rio de Janeiro. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7289>.
- Lacerda, T.F de. (2012). Bioética e diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua do Distrito Federal. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília] <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10877?mode=full>
- Lee, K. H., Jun, J. S., Kim, Y. J., Roh, S., Moon, S. S., Bukonda, N., & Hines, L. (2017). Mental Health, Substance Abuse, and Suicide Among Homeless Adults. *Journal of evidence-informed social work*, 14(4), 229–242. <https://doi.org/10.1080/23761407.2017.1316221>
- Lemert, E.M. (1972). *Human deviance, Social problems and Social Control*. New Jersey: Prentice Hall. Trad. it. (1986). *Devianza, problemi sociali e forme di controllo*. Milano: Giuffrè.

- Lopes, L.P.S. (2019). Análise Discursiva da Revista Traços: Revista Cultural e Projeto Social. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 8(2), 181-201, <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/42046>.
- Mattos, R. M & Ferreira, R. F. (2004) Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), 47-58. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>
- Melo, T.H.A.G. (2011). A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná] <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48438>
- Mendonça, G. C. (2006). Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas] <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/177>
- Mendonça, G.N.S. (2017). O Lugar da Comunidade Terapêutica – Articulações e Impasses: Uma leitura da percepção de Usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS ad II) de Brasília a partir da lógica biopsicossocial. [Dissertação de especialização, Fundação de Ensino e Pesquisa do Distrito Federal] http://www.congresso2018.abrasme.org.br/resources/anais/8/1519614709_ARQUIVO_TCPultimaversao.pdf
- Monteiro, Danielle (2021, ago.) Pandemia muda perfil da população em situação de rua e alerta para necessidade de políticas públicas. ENSP. <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51989>
- Musse, R. (2005). A dialética como discurso do método. *Tempo Social*, 17(1), 367-389. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000100016>.

- Natalino, M. A. C. (2020). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. (no prelo)
- Nicoletti, M., Giacomozzi, A. I., & Cabral, M. F. (2017). Análise de dois estudos de casos sobre abuso sexual cometidos por mães. *Revista de Psicologia*, 35 (2), 423-452.
<http://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002>.
- Nogueira, Edwirges (2014, jan.). Moradores de rua denunciam higienização social na Copa. Exame. <https://exame.com/brasil/moradores-de-rua-no-df-denunciam-higienizacao-social-na-copa/>.
- Nonato, D. & Raiol, R. (2016). Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico*. 2 (2). 81-101.
<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-989X/2016.v2i2.1321>
- Paviani, A., & Gouvêa, L.C.A (Orgs.). (2003). *Brasília: controvérsias ambientais*. Editora da Universidade de Brasília.
- Pereira, F. H. (2016). Desdobramentos da adesão do governo do Distrito Federal à política nacional para [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20113>
- Revista Traços. (17 jan 2022). *Site Institucional*. <https://www.revistatracos.com>.
- Rodrigues, I. (2016). *A construção social do morador de rua: derrubando mitos*. CRV.
- Rosa, C., Bessi, R., Kohara, L., Rua, M., Silva, I & Ferro, C. (2010). Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar - Cartilha para formação política. 40 p.
https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf
- Sakai-Bizmark, R., Webber, E. J., Estevez, D., Murillo, M., Marr, E. H., Bedel, L., Mena, L. A., Felix, J., & Smith, L. M. (2021). Health Care Utilization Due to Substance Abuse Among

- Homeless and Nonhomeless Children and Young Adults in New York. *Psychiatric services (Washington, D.C.)*, 72(4), 421–428. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.202000010>
- Santos, M., Seabra, O. C. de L., Carvalho, M. de, & Leite, J. C. (2001). Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. Fundação Perseu Abramo.
<https://repositorio.usp.br/item/001245902>
- Saúde Mental Crítica [@saudentalcritica]. (2022, 10 de janeiro). Deveríamos continuar usando o termo “comunidades terapêuticas”? [Imagem com texto]. Instagram.
https://www.instagram.com/p/CYUqxUllomj/?utm_medium=copy_link
- Scott, J.W. (1995). Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Educação e realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Sicari, A. A. & Zanella, A. V. (2018) Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>
- Silva, D.V da. & Belloc, M. M. (2018). Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 22(67), 1065-75.
<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0452>.
- Silva, M. L. L. da. (2006). Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1763>
- Silva, R. & Costa, A. (2015). Direitos humanos da população em situação de rua? Paradoxos e aproximações a uma vida digna. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 3(6), 117-135.
<https://doi.org/10.21527/2317-5389.2015.6.117-135>.

- Silva, T. L. da. (2011). A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (29).
<https://doi.org/10.22409/antropolitica2010.0i29.a41753>
- Silva, V. M. (2014). Pés excluídos: o imaginário religioso da população em situação de rua em João Pessoa-PB. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. 131p.
https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4228?locale=pt_BR
- Stoffels, M.G. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Paz e Terra.
- Torres, T. L., Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2016). Estereótipos sociais do idoso para diferentes grupos etários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 209-218.
<https://doi.org/10.1590/0102-37722016012114209218>
- van Dijk, T. A. (1993). Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249–283. <https://doi.org/10.1177/0957926593004002006>
- Vaz, M., Zim, A.S. (2020). Setor Comercial Sul: uma nova forma de habitar. Universidade Católica de Brasília: 1º Prêmio TCU CAU/DF. <https://caudf.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Segundo-lugar-proj-urb-SCS-UCB-trabalho-completo.pdf>.
- Vygotsky, L.S. (1934). *Myslenie i rec'*. Moskva: Gos. Soc.-Ekon. Izd., 1960. Trad. It (1990), *Pensiero e Linguaggio*. Laterza.
- Wittgenstein, L. (1922). *Tractatus Logico-Philosophicus: Logisch-philosophische Abhandlung*. Kegan Paul.

Zucchermaglio, C. (2004). The empirical data of cultural psychology. *Ricerche di Psicologia*, 27(3), 31-45.

<https://www.francoangeli.it/riviste/sommario.aspx?anno=2004&idRivista=41&lingua=it>

Anexos

Anexo I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), da Pesquisa sob o título: **A relação pessoa-rua: sentidos e possibilidades de vida nesse contexto**. Meu nome é Giulia Natália Santos Mendonça, sou membra da equipe de pesquisa e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações – UnB.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias e em todas as páginas, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade da equipe de pesquisa e a segunda via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o a pesquisadora Giulia Natália Santos Mendonça ou com o orientador da pesquisa, professor Alexander Hochdorn nos telefones: (61) 98152-5162/ (61) 98154-9797, ou através do e-mail: gnataliasn@hotmail.com/alexander.hochdorn@gmail.com a qualquer hora ou dia da semana. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília localizado no Campus Darcy Ribeiro - Faculdade de Direito, telefone: (61) 3107-1592, funcionamento: 13:00 às 19:00 de segunda-feira à sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

O objetivo da pesquisa é analisar quais fatores da relação pessoa-rua estão envolvidos nas experiências de vida e permanência nesse contexto.

Será realizada uma entrevista individual aberta, respeitando o distanciamento social mínimo, com uso de máscaras, luvas e álcool em gel, que serão fornecidos pela entrevistadora. Não existe obrigatoriamente, um tempo pré-determinado para o fim da entrevista. Será respeitado o tempo de cada um para respondê-la. Haverá a gravação de áudio, com o intuito de preservar a fidedignidade dos conteúdos.

Durante a realização da entrevista para evitar que você sinta algum constrangimento ou desconforto, adotamos a realização de contato individual, o sigilo das informações, bem como a busca da expressão legítima das

suas percepções, livre de qualquer julgamento por parte da entrevistadora. Você pode desistir de sua participação em qualquer etapa da pesquisa, ou se recusar a responder qualquer questão, sem nenhum prejuízo. A entrevistadora se coloca à disposição para oferecer suporte psicológico aos participantes que se sentirem mobilizados com os conteúdos abordados durante a entrevista.

O benefício de sua participação no presente estudo está pautado na oportunidade de contribuir para uma reflexão acerca da singularidade das pessoas que vivem em situação de rua, as suas experiências são importantes possibilidades de aproximação com o sentido dessa vivência e do complexo fenômeno da permanência nesse contexto, podendo impactar na construção de políticas públicas que alcance de forma mais representativa esta população.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá em nenhum relatório ou publicação, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). Cabe ressaltar que não haverá custos ou forma de pagamento pela sua participação no estudo. Você não terá nenhuma despesa em relação a esta pesquisa, contudo, caso tenha gastos decorrente de sua participação, você tem a garantia que seus gastos serão ressarcidos. Caso você venha a ter algum prejuízo, ou dano, decorrentes dos procedimentos dessa pesquisa, poderá pleitear indenização por reparação a danos imediatos ou futuros, pesquisadora se obriga a indenizá-lo(a) conforme estabelece a legislação vigente no país.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados de forma gratuita, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda dos pesquisadores por um período de cinco anos após o término da pesquisa, podendo ser acessados pelos participantes interessados.

Eu, pesquisador responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima. Na eminência de adversidades em função da coleta de dados, a pesquisadora dará o suporte psicológico necessário e encaminhará a clínicas especializadas da cidade de Brasília, com garantias de assistência integral e gratuita; Suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. Você pode sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização.

Eu _____, abaixo assinado, discuti com o pesquisador Giulia Natália Santos Mendonça sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Brasília, ____, de _____, de 202_.

_____/_____/_____
Assinatura do participante Data

_____/_____/_____
Assinatura do pesquisador Data

Anexo II

Questionário Sociodemográfico

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Nome: _____

Gênero: _____

Raça: () Amarelo(a); () Branco(a); () Indígena; () Pardo(a); () Preto(a);

Idade: _____

Religião: _____

Escolaridade: () Nunca estudou; () Fundamental Incompleto; () Fundamental Completo;

() Ensino Médio Incompleto; () Ensino Médio Completo; () Ensino Superior Incompleto;

() Ensino Superior Completo;

Cidade e Estado de Nascimento: _____

Tempo que vive em Brasília: _____

Tempo de vida na rua: _____

Tempo de saída da rua: _____

Faz uso de alguma substância? Qual?